



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 93, DE 2014 (nº 404/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.

Os méritos do Senhor Rubem Antonio Correa Barbosa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de novembro de 2014.

EM nº 00334/2014 MRE

Brasília, 6 de Outubro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA

CPF.: 383.161.027-49

ID.: 5719 MRE

1952 Filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa, nasce em 14 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 CPCD - IRBr
1974 Ciências Jurídicas pela Faculdade Cândido Mendes/RJ
1982 CAD - IRBr
1995 CAE - IRBr, O diferendo sobre a fronteira marítima entre a Colômbia e a Venezuela

Cargos:

1974 Terceiro-Secretário
1978 Segundo-Secretário
1983 Primeiro-Secretário, por merecimento
1991 Conselheiro, por merecimento
2000 Ministro de Segunda Classe
2008 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1975-76 Serviço de Protocolo e Visitas, Assistente
1976 Divisão da Europa I, Assistente
1977-80 Embaixada em Ottawa, Terceiro e Segundo-Secretário
1980-84 Embaixada em Lagos, Segundo e Primeiro-Secretário
1984-85 Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural, Assistente
1985-86 Subsecretaria-Geral de Administração e Comunicações, Assessor
1986-89 Embaixada em Lisboa, Primeiro-Secretário
1989-91 Divisão da Europa I, assessor
1991-93 Divisão do Oriente Próximo I, Chefe
1993-96 Embaixada em Bogotá, Conselheiro
1996-99 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto
1999-2003 IRBr, Coordenador-Geral de Ensino
2003 Ministério da Justiça, Chefe da Assessoria Internacional
2003-05 Divisão da América Meridional II, Chefe
2005-10 Ministério de Minas e Energia, Assessor Especial
2010 Embaixada em Camberra, Embaixador

Condecorações:

1983 Ordem do Niger, Nigéria, Cavaleiro
2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política II
Departamento da Ásia do Leste
Divisão de ASEAN e Timor-Leste

INDONÉSIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Outubro de 2014

DADOS BÁSICOS

OME OFICIAL	República da Indonésia
APITAL	Jakarta
REA	1.904.443 km²
OPULAÇÃO (2013)	247,9 milhões
DIOMA OFICIAL	Indonésio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo 88%; protestantismo 5%; catolicismo 3%; hinduísmo 2%; budismo 1%; outras 1%.
ISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
ODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Consultiva Popular), composto pela Câmara de Representantes Regionais, com 132 representantes, pela Câmara de Representantes do Povo, com 560 representantes
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Susilo Bambang Yudhoyono (reeleito em julho de 2009); Em julho de 2014, foi eleito Joko Widodo, que tomará posse em 20/10/2014.
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Marty Natalegawa (desde 2009)
IB nominal (2013)	US\$ 870 bilhões – (Brasil: 2,243 trilhões - FMI)
IB PPP (2013)	US\$ 1,293 trilhão – (Brasil: 2,423 trilhões - FMI)
IB nominal <i>per capita</i> (2013)	US\$ 3.522 – (Brasil: 11.159 - FMI)
IB PPP <i>per capita</i> (2013)	US\$ 5.235 – (Brasil: 12.055 - FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	5,4% (prev. FMI 2014); 5,8% (2013); 6,3% (2012); 6,5% (2011); 6,1% (2010); 4,5% (2009); 6,0% (2008)
ÍNDICE DE DESENV. HUMANO (2013)	0,684/108º de 187 (Brasil: 0,744/79º; mundo: 0,702)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	70,8 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	92,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia (IDR)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Sudaryomo Hartosudarmo
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	700

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) Fonte: MDIC

BRASIL → INDONÉSIA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-ago)	2014 (jan-a
Intercâmbio	954,4	1.132,0	1.587,3	2.252,2	2.138,1	3.180,6	3.637,7	3.737,8	3.603,4	2.073,4	2.490,0
Exportações	498,2	481,8	693,4	1.143,1	1.150,6	1.662,9	1.718,2	2.002,0	1.999,0	1.013,1	1.315,0
Importações	456,1	650,2	893,9	1.109,2	987,5	1.517,7	1.919,5	1.735,8	1.604,4	1.060,3	1.175,0
Saldo	42,1	-168,4	-200,5	33,9	163,1	145,2	-201,3	266,1	394,7	-47,2	140,0

PERFIS BIOGRÁFICOS

Susilo Bambang Yudhoyono

Presidente da Indonésia até 19 de outubro de 2014



Nasceu em Pacitan, ilha de Java, Indonésia, em 9 de setembro de 1949. Graduiu-se com distinção pela Academia das Forças Armadas Indonésias, em 1973. É Mestre em Administração pela Webster University, nos Estados Unidos, e em Ciência Política pela Thammasat University, na Tailândia. É Doutor em Economia Agrícola pelo Instituto Bogor de Agricultura, da Indonésia.

Em 1983, frequentou o “Infantry Officers Advanced Course”, nos Estados Unidos. Participou de treinamentos militares no Panamá, Bélgica, na então Alemanha Ocidental, e na Malásia. Foi Comandante do Contingente Militar Indonésio na Bósnia-Herzegovina, nos anos 1995 e 1996. Em 1999, assumiu a pasta de Minas e Energia. No ano seguinte, foi nomeado Ministro para Assuntos Políticos e de Segurança, função que exerceu até 2004, com breve interregno em 2001.

Em 2004, foi eleito Presidente da República, na primeira eleição direta para o cargo realizada no país. Foi reeleito em 2009, no primeiro turno, com 60% dos votos. Em consonância com, não disputou nova reeleição no pleito de julho de 2014.

Em julho de 2008, recebeu, em Jacarta, delegação chefiada pelo então Presidente Lula e integrada pela então Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Visitou o Brasil em novembro de 2008, quando foi estabelecida Parceria Estratégica com o Brasil. Retornou ao Brasil em junho de 2012, para a Conferência Rio+20, sem agenda bilateral. Em setembro de 2012, manteve encontro com a Senhora Presidenta da República, à margem da Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

Segundo anunciou em setembro de 2014, após deixar a Presidência, em 20 de outubro, presidirá o "Global Green Growth Institute" (organismo formalmente criado após a Rio+20, que promove o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento) por dois anos, a partir de janeiro de 2015.

Joko Widodo ("Jokowi")
Presidente da Indonésia a partir de 20 de outubro de 2014



Nasceu em 21 de junho de 1961, em Surakarta, Java Central, Indonésia. É popularmente conhecido como Jokowi, contração de seu nome.

Formou-se em Engenharia Florestal pela Universidade Gadjah Mada (uma das principais da Indonésia), em 1985. É empresário dos setores imobiliário e de móveis.

Eleito Prefeito de Surakarta em 2005 e reeleito em 2010, sua gestão foi amplamente aprovada. Caracterizou-se pela realização de obras de infraestrutura, revitalização de parques, promoção da imagem da cidade como centro cultural e de convenções, expansão do sistema de transportes e dos serviços de saúde, criação de parque tecnológico, interação direta com os cidadãos, por meio de visitas não anunciadas a regiões da cidade e proibição de que membros de sua família participassem de licitações de obras públicas.

Foi eleito Governador de Jacarta em 20 de setembro de 2012, para mandato que iria até 2017. Em 2013, foi incluído pela revista Foreign Policy na lista "The Leading Global Thinkers of 2013", e escolhido "Prefeito global do mês", em fevereiro, pela "City Mayors Foundation", organização baseada em Londres.

Foi eleito Presidente da Indonésia em julho de 2014, em único turno, com 53% dos votos, e tomará posse em 20 de outubro. Pertence ao Partido Democrático Indonésio - Luta (PDI-P), de oposição ao atual Presidente.

Marty Natalegawa
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Bandung, em 22 de março de 1963. Formou-se na London School of Economics and Political Science, em 1984. Recebeu título de Mestre em Filosofia pelo Corpus Christi College, Universidade de Cambridge, em 1985; e de Doutor em Filosofia, pela Universidade Nacional da Austrália, em 1993.

Após exercer as funções de Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 2002 e 2005, foi Embaixador no Reino Unido e na Irlanda, entre 2005 e 2007, e Representante Permanente junto à ONU, de 2007 a 2009. Foi Presidente do Comitê de Sanções contra a República Democrática do Congo, de 2007 a 2008.

Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em outubro de 2009. Reuniu-se com o ex-Ministro Antonio Patriota em novembro de 2011, à margem da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali; e à margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL, em agosto de 2011, em Buenos Aires, ocasião em que propôs a criação de mecanismo de consulta bilateral, em nível de Chanceleres.

Encontrou-se com o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado em dezembro de 2013, à margem da IX Reunião Ministerial da OMC, na Indonésia, e em setembro de 2013, em Nova York, à margem da Assembleia Geral da ONU.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Indonésia foram estabelecidas em 1953, ano em que foi criada a Embaixada brasileira em Jacarta. A criação da Embaixada da Indonésia no Brasil sucedeu à visita do então Presidente da Indonésia, Sukarno, em 1959 (primeiro Chefe de Estado asiático a visitar oficialmente o Brasil), quando a própria autoridade escolheu o terreno da Embaixada em Brasília. O Presidente Sukarno retornou ao Brasil em 1961.

As relações bilaterais apresentaram trajetória muito expressiva nos últimos anos, impulsionadas por troca de visitas presidenciais em 2008 (quando foi assinada a Parceria Estratégica, única do Brasil no Sudeste Asiático); pelo intenso movimento de outras visitas de alto nível (o Ministro Luiz Alberto Figueiredo visitou Báli em dezembro de 2013, para participar da IX Conferência Ministerial da OMC; o então Ministro Antonio Patriota visitou Báli em novembro de 2011, para participar de reunião da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN; e o Ministro Antônio Herman Benjamin, do STJ, visitou o país em abril último, quando manteve reuniões com autoridades do Judiciário e proferiu palestra sobre direito ambiental); e pela capacidade demonstrada pelas duas economias de superar os efeitos da crise econômica mundial iniciada em 2008.

O avanço nas relações bilaterais beneficiou-se das afinidades em vários campos: evolução convergente dos quadros políticos (fortalecimento do regime democrático); semelhanças nos aspectos físicos (grandes territórios, com importante biodiversidade); humanos (população multiétnica) e sociais (disparidades sociais e regionais); liderança exercida nos respectivos entornos regionais (Brasil e Indonésia são as maiores economias do MERCOSUL e da ASEAN, respectivamente, onde atuam como formadores de consenso); importância atribuída por ambos à dimensão Sul-Sul de suas políticas externas; e posturas moderadas e equilibradas em foros internacionais.

A aproximação entre os dois países ganhou contornos mais definidos por meio do Plano de Ação da Parceria Estratégica, adotado em outubro de 2009, que inclui tópicos como comércio e investimentos; energias renováveis; defesa; mineração; políticas de inclusão social; cooperação acadêmica e educacional; cooperação científica e tecnológica; e temas no plano multilateral.

A Indonésia exerce papel importante no processo de aproximação entre o Brasil e a ASEAN – que teve como marco inicial a adesão brasileira ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), em novembro de 2012. Além de responder por cerca de um terço do PIB conjunto dos países do grupamento, a Indonésia sedia o seu Secretariado e tem exercido importante papel moderador em situações de instabilidade regional. Após aderir ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC), em 2012 (fomos o primeiro país latino-americano a fazê-lo), o Brasil contempla a possibilidade de tornar-se Parceiro de Diálogo da ASEAN, condição já disfrutada pelos demais membros originais dos BRICS, além de EUA, União Europeia, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

Em outubro de 2013, foram criadas, por decreto, as Adidâncias de Defesa e Aeronáutica; Naval; e do Exército, residentes em Jacarta. O Adido de Defesa e Aeronáutica exerce cumulatividade sobre Tailândia e Vietnã.

A Vale tem na Indonésia importante investimento para a exploração de níquel. A Embraer, por sua vez, concluiu recentemente operação para a venda de 16 *Super-Tucanos*.

Segundo estudo do Banco Goldman Sachs, a Indonésia poderá ser a sétima economia do mundo em 2050, com um PIB de US\$ 7 trilhões, à frente do Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

VISITAS E ENCONTROS PRESIDENCIAIS

Em setembro de 2012, em Nova York, à margem da 67ª Assembleia Geral da ONU (AGNU), em Nova York, o Presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, manteve encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, quando a convidou a visitar a Indonésia. O então Presidente Lula visitou a Indonésia, em julho de 2008, e o Presidente Susilo Bambang Yudhoyono visitou Brasília, em novembro de 2008, quando foi estabelecida a Declaração que estabelece a Parceria Estratégica. Em junho de 2012, Yudhoyono retornou ao Brasil para participar da Conferência Rio+20.

VISITAS E ENCONTROS MINISTERIAIS

Além da mencionada visita, em dezembro de 2013, do Ministro Figueiredo para a IX Reunião Ministerial da OMC, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, visitou a Indonésia em março de 2013, para participar da quarta reunião do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Em setembro de 2013, à margem da 68ª AGNU, em Nova York, o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado manteve encontro bilateral com seu homólogo indonésio. Em novembro de 2011, o então Ministro Antonio Patriota visitou Báli, na Indonésia, por ocasião da XIX Cúpula da ASEAN, quando manteve encontro bilateral com o homólogo anfitrião e com os Ministros do Comércio e da Agricultura da Indonésia.

Em setembro de 2010, o assessor presidencial Kuntoro Mangkusubroto (de nível hierárquico semelhante ao de Ministro-Chefe da Casa Civil, no Brasil) visitou o País, com a intenção de conhecer a política brasileira sobre meio ambiente e nossa experiência em Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), envolvendo parcerias com outros países.

Outros encontros e visitas de alto nível

Visitas à Indonésia

Além daquelas mencionadas anteriormente, destacam-se as seguintes visitas brasileiras à Indonésia nos últimos anos:

- Março de 2014: Secretário de Relações Internacionais do MAPA, Marcelo Junqueira.
- Março de 2013: Missão de inteligência comercial APEX/MRE.
- Julho de 2012: então Secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, para participar do “ASEAN-Latin Business Forum”.
- Outubro de 2011: então Subsecretária-Geral Política para Ásia e Oceania (SGAP-II) do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, para co-presidir a II Reunião da Comissão Mista.
- Março de 2011: Comandante do Exército, General Enzo Peri, e Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, para participarem do “Jakarta International Defense Dialogue”.
- Outubro de 2010: então Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho.
- Setembro de 2010: Subsecretária-Geral Política para Ásia e Oceania (SGAP-II) do Itamaraty, para a V Reunião de Consultas Políticas.

Visitas ao Brasil

Existe a possibilidade de o Presidente da Suprema Corte da Indonésia, Hatta Ali, visitar o Brasil, em novembro de 2014, para participar do 57º Congresso da Associação Internacional de Juízes.

- Maio de 2014 e novembro de 2012: o Vice-Ministro da Defesa, Sjafrie Sjamsoeddin, em visitas ao Brasil, manteve encontros no Ministério da Defesa e com empresas brasileiras.
- Setembro de 2013: o Vice-Ministro do Comércio da Indonésia, Bayu Krisnamurthi, manteve encontros no MRE e no MDIC.
- Maio de 2013: Missão do Comitê Nacional de Inovação.
- Dezembro de 2012: a Vice-Ministra da Educação e Assuntos Culturais, Professora Wiendu Nuryanti, tratou da participação brasileira no "World Culture in Development Forum", que se realizou em Bali, de 24 a 29 de novembro de 2013, em coordenação com a UNESCO.
- Abril e novembro de 2012: Vice-Ministro da Agricultura, Rusman Heriawan.
- Março de 2012: o então Ministro do Comércio, Gita Wirjawan, manteve reuniões com o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e com o então Ministro Fernando Pimentel, além de participar de eventos empresariais em São Paulo e Rio de Janeiro (FIESP, Vale e Embraer).
- Novembro de 2011: o Vice-Ministro do Planejamento e Desenvolvimento Nacional da Indonésia visitou Brasília, para conhecer a experiência do País em cooperação Sul-Sul.
- Março de 2011: o Governador da província indonésia de Kalimantan Central visitou Brasília e Belém, com vistas a conhecer a prática brasileira nas áreas de energia, meio ambiente, agricultura e pecuária.

No âmbito parlamentar, como se verá, ocorreram dez visitas de Comissões indonésias desde 2010.

Mecanismos de diálogo

Brasil e Indonésia mantêm diversos mecanismos regulares de diálogo bilateral: Consultas Políticas (6ª reunião em 2013, em Brasília); Comissão Mista (2ª reunião em 2011); Comitê Consultivo Agrícola (6ª reunião sendo agendada); Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos (2ª reunião em 2013); Fórum Acadêmico (ainda não instalado); e Grupo Bilateral de Temas Econômicos e Sociais, que ainda não se reuniu. No campo de defesa, o acordo em negociação prevê o estabelecimento de Reunião de Consultas.

Existe também diálogo na área ambiental, por meio de interlocução entre o assessor presidencial Kuntoro Mangkusubroto e a Ministra Izabella Teixeira, além de mecanismos internacionais como o F-11 (grupo de discussão sobre temas florestais multilaterais) e o Grupo dos Megadiversos Afins. Entre 2012 e maio de 2013, a Indonésia exerceu a Co-Presidência do Painel de Alto Nível para a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, junto com Libéria e Reino Unido. O Painel contou com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, como representante do Brasil, e resultou na elaboração de relatório, em maio de 2013. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi convidada a assessorar o Presidente Yudhoyono na elaboração do relatório encomendado ao Painel.

Instrumentos bilaterais

Estão em vigor memorandos de entendimento nas áreas de educação; erradicação da pobreza; agricultura; energia; produção de etanol; e promoção de comércio e investimentos. Estão em estágio avançado de negociação de Acordo na Área de Defesa e de Memorando de Entendimento em Ciência e Tecnologia.

O Brasil tem envidado esforços com vistas à celebração de instrumentos na área consular-jurídica (cooperação penal, extradição, e transferência de condenados). Ademais, estão em diferentes estágios os entendimentos sobre Acordo de Cooperação Técnica e de Cooperação Cultural e Memorandos de Entendimento nas seguintes áreas: Análise de Transações Financeiras; Turismo; Grupo de Trabalho de Erradicação da Pobreza; Combate ao Tráfico de Drogas; Pesquisa Agrícola; e Cooperação em Conservação Ambiental e Uso Sustentável de Florestas.

Diálogo parlamentar

Segundo fontes do legislativo indonésio, o Brasil foi o país que recebeu o maior número de Missões parlamentares indonésias em 2012, em total superior a 50 parlamentares apenas naquele ano.

Em dezembro de 2013, a Comissão I (Relações Exteriores, Defesa e Informação) visitou o Brasil, chefiada pela Deputada Nurrhayati Ali Assegaf.

Do lado brasileiro, visitou a Indonésia, em março de 2008, o então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes.

Em dezembro de 2013, visitou o país delegação da Câmara dos Deputados composta pelos Deputados Alexandre Santos, Iracema Portella e Hugo Napoleão, por ocasião da Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em Báli.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Indonésia é estimada em 700 cidadãos. O apoio consular é prestado pela Embaixada em Jacarta e pelo Consulado Honorário do Brasil em Báli.

Brasileiros condenados à morte

Estão condenados à morte, em instância final, pela via jurídica, os brasileiros Marco Archer Cardoso Moreira e Rodrigo Muxfeldt Gularte, presos em 2003 e 2004, respectivamente, ao tentarem entrar na Indonésia com drogas ilícitas. Pelo sistema judiciário indonésio, uma vez confirmada a pena de morte na última instância, o condenado pode fazer apenas um pedido de clemência pela via judicial ao Presidente (antes de 2010, podiam ser feitos dois pedidos de clemência, caso de Marco Archer). No momento, estão sendo analisados pelas autoridades indonésias os pedidos de clemência dos dois brasileiros. O Governo brasileiro tem feito frequentes gestões de alto nível pela não execução da pena de morte aos brasileiros, invocando razões humanitárias.

Nesse sentido, a Presidenta Dilma Rousseff já enviou três cartas com pedido de clemência ao Presidente da Indonésia (a última das quais entregue em julho de 2014), adicionalmente a duas cartas enviadas pelo ex-Presidente Lula. Foram também enviados pedidos de clemência pelo então Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim e, na esfera parlamentar, pelo Deputado Nilson Mourão, então Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, e pelo Deputado Marco Feliciano, então Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Como mencionado, o Brasil propôs a negociação de três instrumentos bilaterais na área jurídica: Tratado de Extradicação; Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas; e Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal. Essas iniciativas visaram a reforçar a base jurídica das relações, com especial atenção à situação dos cidadãos brasileiros condenados à morte. No momento, está sendo agendada nova rodada de negociações, prevista para ocorrer no Brasil, em data a ser fixada.

Comércio e investimentos

O intercâmbio bilateral com a Indonésia – a exemplo do que ocorre com a ASEAN, em geral – tem crescido a taxas significativas nos últimos anos (462%, entre 2003 e 2013, superior ao total brasileiro, no período, de 296%). Em 2013, entretanto, o comércio bilateral caiu 3,6%, quadro que deverá ser revertido, na medida em que se concretizem entendimentos alcançados e negociações em curso com a Embraer (Super-Tucanos e EMB190) e a Avibrás (Astros II). Ainda assim, a Indonésia foi nosso segundo parceiro comercial na ASEAN.

Entre janeiro e agosto de 2014, o comércio bilateral cresceu 20,1%, impulsionado, sobretudo pelas exportações brasileiras, que cresceram 29,9%, enquanto nossas importações aumentaram em 10,8%.

O comércio Brasil-Indonésia apresenta grande participação de produtos básicos, sobretudo do lado das exportações brasileiras. Em 2013, o item açúcar somou 25,4% do total exportado pelo Brasil, seguido de farelo de soja com 15%; cereais (milho) com 14,3%, algodão (simplesmente debulhado, não cardado) com 11,6%; ferro e aço (semimanufaturados) com 7,1%; e fumo (em folhas secas) com 5,3%. Na pauta das importações brasileiras predominaram, em 2013, borracha (borracha natural), com 17,8%; gorduras e óleos (óleos de dendê e de palmiste), com 17,3%; e fibras sintéticas ou artificiais, com 16,6%.

Estudo da APEX, de 2010, identificou a Indonésia como o mercado de maior complementaridade de comércio com o Brasil entre as cinco maiores economias emergentes da ASEAN. Destacaram-se, com grande potencial, os setores de extração de petróleo e gás; fabricação de aparelhos de telefonia e transmissão; construção de aeronaves; e fabricação de estruturas metálicas e de motores.

EMBRAER

Como mencionado, a estrutura do comércio deverá ser alterada com as exportações de aviões da EMBRAER e com a venda do sistema ASTROS II, da Avibrás. A EMBRAER tem tido importante atuação no país, sobretudo no segmento militar, com possibilidades também nos segmentos de jato regional e de aviação executiva.

Em novembro de 2010 e em 2012, foram assinados dois contratos de venda de 16 Super-Tucanos (8+8).

Na área civil, foi assinado contrato condicionado de venda de 20 jatos *E190* para a companhia Sriwijaya Air, em junho de 2011, com opção de compra de mais 10 unidades. Devido a dificuldades de financiamento, a empresa ainda não assinou o contrato final de compra.

Em julho de 2012, foi entregue uma aeronave Embraer Phenom 300 para a Premiair, empresa de aviação executiva indonésia.

Lançadores de foguetes

Em 2012, foi confirmada a venda de 36 unidades do Sistema Astros para a Indonésia, no valor de US\$ 500 milhões. A AVIBRAS já realizou venda semelhante para a Malásia e o sistema é bem avaliado pelas autoridades militares indonésias, por sua versatilidade (permite o lançamento de foguetes de cinco calibres diferentes pelo mesmo equipamento, tecnologia não disponível em similares produzidos por empresas concorrentes na China, Estados Unidos, Rússia e Turquia). Para cumprir o contrato, a AVIBRAS contará com escritório técnico na capital Jacarta.

Segundo o Vice-Ministro da Defesa da Indonésia, em reunião realizada em Brasília, em novembro de 2012, com a aquisição das unidades ASTROS, foi possível formar dois batalhões de artilharia, os primeiros do país.

Exportações brasileiras de carne

Em setembro de 2010, o Tribunal Constitucional da Indonésia anulou dispositivo da lei local sobre importação de carnes, que adotava o conceito de regionalização (o que permitiria a aquisição da carne bovina brasileira produzida em zonas livres de febre aftosa). Segundo a decisão do Tribunal Constitucional, o restabelecimento do princípio da regionalização necessitaria de emenda à Constituição.

Diante da dificuldade de encaminhamento do assunto pela via bilateral, o Brasil apresentou Preocupação Comercial Específica junto ao Comitê de Assuntos Sanitários e Fitossanitários da OMC.

O tema foi retomado durante missão do Secretário de Relações Internacionais do MAPA a Jacarta, em março de 2014. Na ocasião, as autoridades indonésias limitaram-se a indicar que o tema estava na agenda do parlamento, o qual foi recentemente renovado.

Frango

Desde 2009 o Brasil vem tentando negociar modelo de Certificado Sanitário Internacional para a exportação de carne de aves (frango, pato e peru) à Indonésia.

Na sessão do Comitê SPS, em outubro de 2013, a Indonésia explicou que a importação de carne de aves, em particular a carne de frango, é permitida em seu país, mas, além dos requisitos sanitários propriamente ditos (por exemplo, dar garantias sanitárias relativas a influenza aviária, Newcastle, enterite e hepatite), é preciso atender a regras "halal". Dentre estas últimas, sobressai a exigência de que os estabelecimentos exportadores sejam integralmente dedicados à produção "halal" e só exportem carcaças inteiras (não se admite a importação de cortes).

Durante a II Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos, em setembro de 2013, em Brasília, a Parte indonésia indicou interesse em receber criadores e frigoríficos brasileiros para investir na Indonésia.

Não há interesse indonésio em importar do Brasil carne suína, por ser país majoritariamente muçulmano.

Defesa comercial

O Brasil aplica medidas de direito antidumping em relação aos seguintes produtos indonésios: objetos de vidro para mesa (fim em 01/03/2016); e fios de viscose (fim em 16/12/2014).

Mineração

A VALE é a maior mineradora de níquel na Indonésia desde 2006, quando adquiriu participação majoritária na empresa canadense INCO (que estava presente no país desde 1968). O investimento envolve exploração e refino de níquel, na província de Sulawesi do Sul, sendo o maior investimento brasileiro na Ásia e um dos maiores investimentos estrangeiros na Indonésia, com valor de US\$ 3,5 bilhões e quadro de 3168 permanentes e 2491 temporários. A mina de Sulawesi tem potencial de produção estimado em mais de dois séculos e está entre as quatro maiores minas de níquel do mundo.

Em janeiro de 2014, entrou em vigor a Lei da Mineração, aprovada em 2009, que reduziu os prazos de concessão de áreas de exploração e impõe aos empresários a obrigação de processar minérios na Indonésia, proibindo a exportação de minérios brutos, o que assegura maior controle público sobre o setor. A lei também divide a responsabilidade pela concessão de licenças de exploração entre o Governo central e os Governos locais pela legislação de 1967, o licenciamento cabia exclusivamente ao Governo central. A Vale já dispõe de unidade processadora junto ao projeto de exploração de níquel, tendo sido a primeira empresa estabelecida na Indonésia a cumprir plenamente as novas regulamentações.

Outras oportunidades de investimentos brasileiros na Indonésia

Na área automobilística, há espaço para investimentos em alguns segmentos do mercado indonésio, principalmente ônibus, conforme empresários brasileiros puderam notar durante o "ASEAN-Latin America Business Forum", em Jacarta, em julho de 2012. Com a ampliação da classe média na Indonésia, surgem oportunidades em muitos outros campos, sobretudo ligados a bens de consumo, como vestuário, cosmético, etc.

Investimentos indonésios no Brasil

A empresa indonésia Riau Pulp tem investimentos da ordem de US\$ 400 a 500 milhões, por meio da Bahia Pulp, em Camaçari, que usa tecnologia de ponta para produção de celulose para exportação. A Djarum, maior empresa de cigarros da Indonésia, possui subsidiária na Bahia desde 2001 (investimento de cerca de US\$ 20 milhões), de onde importa parte do material para sua produção local e exportação mundial de cigarros.

Área de defesa

Quadro Geral

Dentro dos esforços para revitalizar sua indústria nacional de material de defesa, o Governo Indonésio anunciou que desenvolverá a produção doméstica de submarinos, caças, blindados médios, mísseis, radares, e lançadores.

No total, a Indonésia já contribuiu com 27.506 homens em missões de paz desde 1957 e pretende elevar o contingente em operações dessa natureza. O país contribui, atualmente, com cerca de 1.800 militares, policiais e observadores civis, em seis operações de paz da ONU, dos quais 1.000 na UNIFIL (Líbano). O Presidente da República, Susilo Bambang Yudhoyono, serviu como Chefe dos Observadores Militares na UNPROFOR (Bósnia, 1995-1996). Além disso, o General indonésio Imam Edy Mulyono assumiu, em setembro de 2013, as funções de Comandante da Força da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO).

Em 2010, os Estados Unidos da América decidiram retomar a cooperação com as Forças Especiais da Indonésia (Kopassus), após 12 anos de moratória, em razão de alegados abusos de direitos humanos, durante o conflito de independência de Timor-Leste.

Desenvolvimentos recentes no relacionamento com o Brasil

Em agosto de 2012, o Ministério da Defesa da Indonésia enviou à AVIBRAS carta de notificação confirmando que a empresa brasileira foi vitoriosa na licitação internacional para fornecimento, às Forças Armadas indonésias, do Sistema de Multi-Saturação de Foguetes (MLRS) (operação que poderá atingir US\$ 400 milhões). Em maio de 2014, o Vice-Ministro da Defesa Sjamsoeddin assistiu à demonstração técnica e balística do Sistema ASTROS da AVIBRAS, na cidade de Formosa, em Goiás.

Em 2010 e em 2012, foram assinados pela Embraer, respectivamente, dois contratos de venda de 16 Super-Tucanos (8+8). O primeiro lote de oito Super-Tucanos já foi entregue.

Temas de cooperação bilateral

Agricultura e Pecuária

Há grande potencial das relações nos campos de agricultura e pecuária. Como visto na seção sobre comércio e investimentos, o Brasil é importante fornecedor de açúcar e grãos à Indonésia.

Persiste, no entanto, a proibição às exportações de carne bovina brasileira, devido à alegação de focos de febre aftosa no País. Além disso, a Indonésia teme a concorrência da avicultura brasileira, o que implica, na prática, o fechamento do mercado indonésio para nossos produtos.

Existe forte interesse indonésio em desenvolver cooperação técnica com a EMBRAPA, em áreas ligadas à produção de soja e de óleo de palma (a Indonésia é um dos principais produtores mundiais dessa cultura). Temos, no entanto, condicionado a cooperação à abertura do mercado de produtos cárneos às nossas exportações.

Em novembro de 2008, durante a visita do Presidente Susilo Bambang Yudhoyono, foi firmado Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura. Sua implementação tem sido tratada no âmbito do Comitê Consultivo Agrícola (CCA), que teve sua quinta reunião em maio de 2011, na Indonésia. Ademais, o Plano de Ação da Parceria Estratégica estabeleceu um Grupo de Trabalho sobre Temas Agrícolas no âmbito da Comissão Mista, convocado pela primeira vez em outubro de 2011, em Jacarta.

Políticas Sociais e Segurança Alimentar

A cooperação na área de políticas sociais e de segurança alimentar apresenta grande potencial, em função de Brasil e Indonésia serem grandes países em desenvolvimento com desafios sociais em comum. Em novembro de 2008, durante visita do Presidente indonésio ao Brasil, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Erradicação da Pobreza.

Em novembro de 2011, o Vice-Ministro do Planejamento do Desenvolvimento Nacional da Indonésia, Lukita Tuwo, visitou Brasília, quando manteve encontro com o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social. Na ocasião, a autoridade indonésia conheceu o “Plano Brasil sem Miséria” e o “Bolsa Família”. Além disso, durante visita ao Brasil, em abril de 2011, missão do Grupo Bilateral de Cooperação Parlamentar se entrevistou com o Secretário-Executivo do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na ocasião, trocaram-se experiências a respeito do Programa Bolsa Família e o programa indonésio “Keluarga Harapan” (Família Esperança). A Indonésia participou de cursos no âmbito do programa “Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”, oferecidos pelo Governo brasileiro entre 2011 e 2013.

MEIO AMBIENTE

A Indonésia padece de sérios problemas ambientais, sobretudo na área de incêndios florestais, em que o Brasil alcançou muitos avanços. Está em negociação Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Conservação Ambiental e Uso Sustentável de Florestas.

Em outubro de 2011, três técnicos indonésios participaram, no Brasil, do Curso Internacional de Monitoramento de Florestas Tropicais. Em julho de 2011, missão conjunta ABC/INPE/IBAMA/JICA esteve na Indonésia para identificar temas e instituições ligadas ao tema, em preparação ao curso. Também em 2011, o Brasil recebeu três técnicos indonésios para participarem de seminário sobre redução do desmatamento na Amazônia (PPCDAM).

Em junho de 2012, o Presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, participou da Rio+20. Entre 2012 e maio de 2013, a Indonésia exerceu a Co-Presidência do Painel de Alto Nível para a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, junto com Libéria e Reino Unido. O Painel contou com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que visitou a Indonésia em março de 2013.

Em junho de 2013, visitou São Paulo o Sr. Agung Wicaksono, Diretor do “President's Delivery Unit for Development Monitoring and Oversight” (UKP), órgão diretamente vinculado ao Presidente da Indonésia, para supervisionar políticas sobre desenvolvimento, meio ambiente e REDD+. O Diretor do UKP participou de “workshop” sobre desmatamento

e monitoramento florestal, coordenado em conjunto com a USP, a International Energy Agency e o International Institute for Applied Systems Analysis - IIASA de Viena, e manteve encontros com os Diretores do INPE e do IBAMA. Como desdobramento, durante seminário em Jacarta, em fevereiro de 2014, foi assinado memorando de entendimento entre a recém-criada Agência Nacional de REDD+, da Indonésia, e o IIASA, voltado para a implementação da "Tropical Flagship Initiative" (TFI). Trata-se de projeto desenvolvido pelo IIASA em conjunto com o UKP4 e a Agência REDD+ da Indonésia, com cooperação IPEA e do INPE, e recursos da Iniciativa Internacional para o Clima do Governo da Alemanha e da Agência de Cooperação da Noruega. A experiência brasileira na redução do desmatamento foi mencionada como exemplo a ser seguido pela Indonésia.

Em abril de 2014, visitou a Indonésia o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antonio Herman Benjamin, que preside a Comissão Mundial de Direito Ambiental da "International Union for Conservation of Nature" e Secretário-Geral do Conselho Internacional de Justiça Ambiental do PNUMA. Na ocasião, encontrou-se com o Presidente da Suprema Corte da Indonésia, com o Ministro do Meio Ambiente, com Diretores da REDD+ Agency da Indonésia, e com o Diretor-Geral do Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR), além de proferir palestras a membros do poder judiciário e do governo e a estudantes universitários, sobre a moldura jurídica brasileira na temática ambiental.

Educação, Cultura e Cooperação Acadêmica

Em 2014, a Indonésia ofereceu ao Brasil, entre outros países em desenvolvimento, bolsas de estudos para mestrado, em 13 universidades indonésias, no âmbito do programa "KNB Scholarship. Em 2012, o governo indonésio selecionou seis candidatos brasileiros para participar do Programa de Bolsas "Darmasiswa", que oferece cursos a jovens estudantes com vistas a promover a língua e a cultura da Indonésia. Foi assinado, em 2010, Memorando de Entendimento entre a Universidade Gadjah Mada e a USP, sobre cooperação acadêmica.

A Vice-Ministra da Educação e Assuntos Culturais da Indonésia, Professora Wiendu Nuryanti, visitou o Brasil em dezembro de 2012, para tratar da participação brasileira no "World Culture in Development Forum", em novembro de 2013, que contou com a presença do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Marcelo Pedroso.

Em fevereiro de 2012, esteve em Jacarta o Assessor Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Professor Renato Flores, que manteve encontros com o Vice-Ministro de Planejamento do Desenvolvimento (BAPPENAS), Lukita Tuwo (que esteve no Brasil em 2011), com a Diretora da University of Paramadina Graduate School e com representante do Centro de Estratégia e Estudos Internacionais (CSIS). Registrou-se interesse indonésio pelos projetos sócio-econômicos do Governo brasileiro e discutiram-se modalidades de cooperação na área de gestão de saneamento urbano, erradicação da pobreza e sobre o programa brasileiro "Fome Zero".

Cooperação técnica

Desde a entrada em vigor do Plano de Ação, em outubro de 2009, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) promoveu 14 cursos com participação indonésia, nas áreas de agricultura, segurança alimentar e meio ambiente (total de 41 participantes indonésios), sendo o país mais contemplado com cursos da ABC no Sudeste Asiático. Brasil e Indonésia negociam Acordo de Cooperação Técnica desde 2009.

Jakarta sedia o "Non Aligned Movement Centre for South-South Cooperation", criado em 1995 no âmbito do Movimento dos Não Alinhados. Além disso, a Indonésia tem trabalhado na estruturação de seu próprio órgão de cooperação técnica internacional, com a colaboração do Japão. Em novembro de 2011, o Brasil recebeu a visita de grupo que conduziria a criação da instância de cooperação técnica internacional da Indonésia, liderada pelo Vice-Ministro do Planejamento do Desenvolvimento (BAPPENAS), Lukita Tuwo. A missão objetivava conhecer a estrutura da cooperação técnica prestada pelo Brasil. Não obstante a falta de um órgão, a Indonésia tem conduzido projetos de cooperação técnica desde os anos 1980, principalmente com países africanos e muçulmanos.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Algumas iniciativas têm sido implementadas na área de ciência e tecnologia, como visitas de intercâmbio de experiências (três delegações indonésias já visitaram a Agência Espacial Brasileira desde 2007) e o oferecimento pelo Brasil, em 2011, de curso sobre monitoramento florestal no INPE (participaram três técnicos indonésios). Em novembro de 2011, durante visita a Brasília, delegação da Agência de Planejamento do Desenvolvimento Nacional da Indonésia e equipe de cooperação internacional mantiveram reunião com diversos representantes do MCTI, das áreas de biotecnologia e saúde; gestão de ecossistemas; relações internacionais; coordenação das unidades de pesquisa; Agência Espacial Brasileira (AEB); e do CNPq.

Como mencionado, está em negociação, desde 2008, Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Tecnológica. Sob coordenação do MRE e do Ministério de Pesquisa e Tecnologia da Indonésia, prevê, entre outras ações, o intercâmbio de cientistas e informações e a criação de um comitê conjunto na área.

Discute-se a vinda ao Brasil de missão do Ministério de Ciência e Tecnologia da Indonésia, ainda em 2014, para conhecer a prática brasileira de financiamento do setor e de licenciamento para pesquisas estrangeiras.

Energia

A Indonésia tem envidado esforços com vistas ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia, no que tem buscado a cooperação brasileira.

No plano empresarial, em julho de 2011, representantes do Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA), de Piracicaba, da APEX Brasil e da Civemasa Implementos visitaram a Indonésia, em missão prospectiva para conhecer o mercado local para biocombustíveis, açúcar e cogeração de energia. Foi assinado acordo de cooperação entre a APLA e a Associação Indonésia dos Produtores Rurais (HKTI).

No plano multilateral, mencione-se a participação da Indonésia como país observador da Global Bioenergy Partnership (GBEP), iniciativa cujo principal objetivo é a criação de instrumentos que auxiliem a formulação de políticas públicas para garantir a sustentabilidade da produção de bioenergia e da qual o Brasil é co-presidente. Em 2013, representante da Indonésia participou da "Semana da Bioenergia", realizada em Brasília, no âmbito do GBEP.

OUTROS TEMAS

Durante a VI Reunião de Consultas Políticas, em janeiro de 2013, as duas delegações acordaram estimular a cooperação nas áreas de turismo e de saúde. Na área social, a delegação brasileira convidou a Indonésia a conhecer melhor a experiência brasileira do Programa de Aquisição de Alimentos, em colaboração com a FAO, e convidou o país a enviar representantes para seminário do MDS sobre as políticas sociais brasileiras, com a participação de representante do Ministério de Assuntos Sociais.

POLÍTICA INTERNA

Após pouco mais de cinco décadas de governos militares (período Sukarno, de 1945 a 1967, e Suharto, entre 1967 e 1998), a Indonésia realizou a transição para o regime democrático. Tomará posse, em 20 de outubro de 2014, Joko Widodo, eleito Presidente da República em 9 de julho, com 53% dos votos, em único turno. O atual Presidente, Susilo Bambang Yudhoyono (General da reserva, ex-Ministro de Minas e Energia e ex-Ministro para Assuntos Políticos e de Segurança), foi o primeiro Presidente indonésio eleito diretamente, em 2004, e foi reeleito em julho de 2009, com 60,8% dos votos, no primeiro turno (a legislação indonésia proíbe a segunda reeleição). Seu governo baseou-se em uma ampla, porém frágil, coalizão entre o seu Partido Democrático (PD) e o tradicional partido Golkar (principal agremiação do regime Suharto).

Eleições legislativas foram realizadas em abril de 2014, resultando em grande ascensão da oposição, centrada no PDI-P, e queda do PD, o que se atribui aos sérios escândalos de corrupção recentes relacionados ao partido.

A reeleição do Presidente Yudhoyono, em 2009, consolidou um processo de democratização iniciado com a renúncia do Presidente Suharto, em 1998, quando o Parlamento elegeu o breve governo de transição do então Vice-Presidente, B.J. Habibie. Novas eleições presidenciais, por voto parlamentar, ocorreram em 1999, quando foi escolhido Abdurrahman Wahid, líder religioso da organização islâmica Nadhlatul Ulama (NU). Wahid propunha-se a lutar contra a corrupção e a democratizar o país. Em 2001, sofreu *impeachment*, devido à sua incapacidade de controlar os conflitos políticos internos e conjurar as rebeliões separatistas. Assumiu o Governo a Vice-Presidente Megawati Sukarnoputri, atual líder do PDI-P, filha do ex-Presidente Sukarno, que não conseguiu reeleger-se em 2004, quando foi escolhido o atual Presidente, seu opositor.

A política indonésia é balizada por uma tradicional filosofia de Estado, denominada *Pancasila* (cinco princípios, em Sânscrito). Dessa forma, os atos de Estado devem observar os seguintes princípios: crença no único Deus; justiça humana; unidade nacional; deliberação de representantes em busca de consenso; e justiça social.

Apesar da importância do tema religioso na política indonésia, há clara distinção entre o Estado e a religião, e os partidos islâmicos têm participação moderada no Parlamento (cerca de 30% dos assentos, após as eleições de abril de 2014). Ainda que a Constituição indonésia garanta o direito à liberdade religiosa, o Estado reconhece apenas seis religiões (Islamismo, Protestantismo, Catolicismo, Hinduísmo, Budismo e Confucionismo). Nota-se, entretanto, aparente recrudescimento da intolerância étnico-religiosa no país desde a democratização, com episódios não raros de violência inter-religiosa (relatório do *Human Rights Watch*, de 2013, aponta que os casos de violência religiosa cresceram 20% no país desde 2002). Vigora no país lei de blasfêmia religiosa, que sujeita a punições

manifestações que o governo entenda que possam ameaçar as religiões oficialmente reconhecidas, como mensagens de cunho ateuista.

Está em vigor a Constituição ratificada no ano da independência do país, 1945. A reforma constitucional de 2002 consagrou o princípio da independência entre os Três Poderes e estipulou o voto direto para Presidência da República. Também extinguiu os 38 assentos antes reservados aos militares, no Parlamento indonésio, e conferiu *status* especial às províncias de Aceh e Papua, nas quais movimentos armados separatistas reivindicavam independência.

O corpo legislativo do país é a Assembleia Consultiva Popular (homóloga ao Congresso Nacional, no Brasil), que consiste da Câmara de Representantes do Povo (homóloga à Câmara dos Deputados), com 560 representantes; e da Câmara de Representantes Regionais (com prerrogativas limitadas a questões de autonomia regional), com 132 representantes, na qual cada província é representada por quatro membros. Em ambas as Casas, os representantes são eleitos para mandatos de 5 anos, por eleição direta. Para a realização das eleições parlamentares, o país é dividido em 77 distritos, cada um elegendo entre 3 e 10 representantes, a depender do peso demográfico. Apenas partidos que alcançarem pelo menos 3,5% dos votos podem assumir assento.

Pelo sistema eleitoral indonésio, apenas os partidos ou coligações que alcancem 20% dos assentos na Casa dos Representantes ou 25% dos votos nas últimas eleições parlamentares podem indicar candidato às eleições presidenciais, o que contribuiu para circunscrever a disputa de julho último a apenas dois candidatos. Em 2019, a situação será distinta, pois a Corte Constitucional decidiu que as eleições parlamentares e as presidenciais serão simultâneas.

A Corte Suprema é a mais alta instância do Judiciário. Os juizes que a integram são indicados pelo Presidente da República, nomeados por Comissão Judiciária e confirmados pela Câmara de Representantes do Povo. Paralelamente, existe a Corte Constitucional, encarregada de zelar pela preservação da Constituição; decidir sobre os resultados de eleições; e rever ações de afastamento do Presidente da República.

Uma das maiores preocupações do governo indonésio é o combate ao terrorismo, registrando-se ataques perpetrados por grupos fundamentalistas islâmicos. Em 12 de outubro de 2002, ocorreu a explosão de uma bomba em discoteca de Bali, deixando mais de 180 mortos e 300 feridos. Entre as vítimas, encontravam-se dois brasileiros. Em 1º de outubro de 2005, registrou-se novo ataque terrorista a dois locais turísticos daquela mesma ilha, totalizando mais de 30 mortos e 50 feridos.

A posição geográfica e a constituição geológica do arquipélago contribuem para que o país seja assolado periodicamente por desastres naturais de grandes proporções. Em outubro de 2009, o então Presidente Lula enviou carta ao Presidente Yudhoyono anunciando a decisão brasileira de fornecer assistência humanitária ao povo indonésio, em razão dos terremotos ocorridos na ilha de Sumatra. A doação totalizou US\$ 100 mil.

A Indonésia é qualificada pela "Freedom House" como o país mais livre da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN, com notas 2 para Direitos Políticos e 3 para Liberdade Civil (escala de 1 a 7 - quanto mais livre o país, menor o índice). Com relação à liberdade de imprensa, segundo levantamento da "Repórteres sem Fronteira", a Indonésia está

em "situação difícil", com nota 41,05 e ocupando a 139ª posição no mundo e 3ª na ASEAN. O Índice de Percepção de Corrupção 2013, calculado pela "Transparência Internacional", aponta a Indonésia como o 114º país menos corrupto (6º na ASEAN).

A Indonésia realiza anualmente o "Fórum da Democracia de Bali" que reúne líderes políticos, sobretudo asiáticos, para tratar dos valores democráticos. Da edição de 2014, nos dias 10 e 11 de outubro, participou o Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, José Antonio Dias Toffoli, como representante do Brasil. O tema do evento foi "A Arquitetura Democrática Regional em Evolução: Os Desafios do Desenvolvimento Político, da Participação Pública e do Progresso Socioeconômico no Século XXI."

Evolução recente

As eleições parlamentares de 9 de abril de 2014 resultaram em grande fragmentação entre o eleitorado e queda do partido da situação, o PD. O opositor PDI-P obteve a maior porcentagem de votos (cerca de 19,5%, ficando com 109 das 451 cadeiras). O segundo colocado foi o Partido dos Grupos Funcionais (Golkar) com 91 cadeiras, abaixo das 107 cadeiras obtidas em 2009. O Partido da Grande Indonésia (Gerindra) alcançou 73 cadeiras, quase três vezes mais assentos que no último pleito. O Partido Democrático (PD), do Presidente Yudhoyono, obteve 61 cadeiras, o que significou forte queda. Os partidos muçulmanos tiveram pequeno crescimento, totalizando cerca de 30% dos assentos.

Como mencionado, as eleições presidenciais de 9 de julho de 2014 resultaram na vitória de Joko Widodo ("Jokowi"), do opositor PDI-P, com 53,1% dos votos. Seu único adversário, Prabowo Subianto, do partido Gerindra, chegou a contestar a vitória de Jokowi, mas o resultado foi posteriormente confirmado pela Corte Constitucional, que não encontrou fraudes no processo. A coligação do candidato derrotado deterá 63% dos assentos parlamentares, conforme o resultado das eleições legislativas de abril, mas os partidos poderão ainda mudar de coligação.

Em setembro de 2014, o Parlamento indonésio adotou lei que tornou indiretas as eleições para governadores e prefeitos no país. De acordo com avaliação da Embaixada em Jacarta, a lei pode ter aberto as portas para a reconsideração futura das eleições para Presidente pelo voto direto, na medida em que tornou indireta a eleição dos demais cargos executivos no país. O Partido do Presidente-eleito, Joko Widodo, o PDI-P, foi contrário à aprovação da lei, assim como 80% da população indonésia, segundo pesquisa local. O Presidente Susilo Bambang Yudhoyono (que se diz contrário à lei, apesar de ter sido proposta pelo Partido que ele preside) anunciou que, além de deixar de assinar o texto legal - o que não tem o poder de impedir a sua vigência - proporá regulamento voltado para invalidá-lo e restituir o voto direto. Há, entretanto, dúvidas sobre as possibilidades de sucesso de iniciativa dessa natureza, uma vez que requereria aprovação do Parlamento (em que a oposição, no momento, é maioria).

Dentre os desafios do governo indonésio, destacam-se a contenção de movimentos separatistas (o que tem motivado concessão de maior autonomia a algumas províncias), o combate ao terrorismo e a luta contra a corrupção.

POLÍTICA EXTERNA

A Indonésia conquistou sua independência em 1945, reconhecida pela Holanda, antiga potência, apenas em 1949. Após a histórica Conferência de Bandung, em 1955, o então Presidente indonésio, Sukarno (1945-67), assumiu posição de liderança entre os governantes dos países do chamado “Terceiro Mundo”, muitos deles (sobretudo na África e na Ásia) em processo de descolonização. Posteriormente, no regime de Suharto (1967-98), intensificaram-se as relações com os Estados Unidos, desgastadas, entretanto, no fim do regime, em razão de diferenças no tratamento dos direitos humanos, associadas ao processo de independência de Timor-Leste (concluído entre 1998 e 2002).

Com os avanços obtidos pelo país no campo econômico, a Indonésia passou, desde a segunda metade dos anos 80, a buscar papel internacional mais proeminente. Presidiu o Movimento Não-Alinhado de 1992 a 1995 e assumiu papel de liderança no desenvolvimento do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), tendo sediado Cúpula do mecanismo em 1994 e em 2013. É um dos fundadores da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN (criada em 1967).

Após ter sua imagem internacional desgastada pelo processo de independência de Timor-Leste (com o qual, hoje, mantém Comissão de Verdade e Amizade), a Indonésia vem ganhando renovada projeção externa. Atualmente, tem procurado exercer papel mediador em disputas em seu contexto regional: no Camboja; no Mar do Sul da China; e nas Filipinas (insurgência islâmica no sul daquele país). Em agosto de 2014, a Indonésia sediou a VI Cúpula da Aliança de Civilizações.

Os avanços na projeção internacional da Indonésia derivam de uma série de fatores, dentre eles sua dupla condição de maior país muçulmano e comprometido com regime democrático e pluralista. Essas credenciais habilitam o país a apresentar-se como potencial “ponte” entre as nações ocidentais e as islâmicas. A importância internacional da Indonésia foi evidenciada por sua eleição a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 2007-2008, para o Conselho de Direitos Humanos da ONU, para o período 2011-2014, e por seu *status* de membro permanente do “G-20 financeiro”. Apresentou candidaturas a Diretor-Geral da FAO (Organização para Alimentação e Agricultura) e a Diretor-Geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), vencidas pelos candidatos brasileiros. Entre as candidaturas indonésias em curso, destacam-se aquelas para o Conselho de Segurança da ONU (2019-2020) e para o Conselho de Direitos Humanos (2015-2017).

Em 2012, a Indonésia criou o “International Peace and Security Centre”, em Bogor, ao sul de Jacarta, com vistas ao aperfeiçoamento da formação e do treinamento de militares indonésios para missões de paz, em consonância com a aspiração indonésia a um papel mais ativo no cenário internacional. A propósito, o Presidente Yudhoyono destacou, em agosto de 2012, que a Indonésia está se tornando um dos principais contribuintes de tropas para operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

O país tem demonstrado interesse em aproximar-se do Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), tendo promovido a realização de reunião entre os Chanceleres do IBAS e da Indonésia, sobre a questão palestina, à margem da 65ª Assembleia Geral da ONU, em 2010.

A Indonésia mantém boas relações tanto com os vizinhos (relacionamento prioritário com os membros da ASEAN) quanto os grandes países de fora de seu entorno. Como declarou, em março de 2013, o Presidente SBY, a Indonésia mantém uma "política externa voltada para todas as direções", cuja ação diplomática define-se por ter "um milhão de amigos e nenhum inimigo". A propósito, além do Brasil, a Indonésia tem parcerias estratégicas ou globais com EUA, China, Rússia, Japão, Índia, Coreia do Sul, Turquia, África do Sul, Vietnã e Austrália.

A Indonésia tornou-se importadora líquida de petróleo e deixou de ser membro da OPEP em 2008. Apesar de ainda ser um dos maiores emissores de gases causadores do efeito estufa, vem buscando papel de maior relevo na temática ambiental, a qual constitui uma das prioridades da política externa e uma das áreas em que busca ampliar a cooperação com o Brasil.

Segundo declarado no período de campanha e de transição de governo, o futuro Presidente, Joko Widodo, defende uma reorientação da política externa indonésia, para um papel mais proeminente na promoção comercial e de investimentos.

A Indonésia condena as ações do "Estado Islâmico" (EI), que atua na Síria e no Iraque. Há alguns dias, o Presidente do país – que possui a maior população muçulmana do mundo e, por sua moderação religiosa, pode servir de ponte entre os países muçulmanos e o restante da comunidade internacional nesse tema - afirmou que as ações dos militantes do Estado Islâmico "envergonham" a religião e instou os líderes islâmicos a unirem-se na luta contra o extremismo. No início de agosto passado, o Governo banuiu oficialmente o desenvolvimento de quaisquer atividades do EI ou a ele associadas na Indonésia, afirmando que o grupo atenta contra a ideologia de Pancasila (princípios fundadores do Estado indonésio), a unidade do Estado e o pluralismo.

ASEAN

A Indonésia é o país mais populoso, mais extenso, e com a maior economia da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN. Exerce, assim, importante papel na formação de consensos e no processo de aproximação do Brasil com aquele mecanismo. O Secretariado da ASEAN situa-se em Jacarta, e o Embaixador do Brasil naquela capital está acreditado junto ao grupamento. Ocupou, durante o ano de 2011, a presidência de turno da Associação, quando apoiou o processo de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN, o que se concluiu em 2012, após aprovação do Congresso Nacional.

A Indonésia vem conquistando maior influência política no Sudeste Asiático. Durante episódio de conflito fronteiriço entre o Camboja e a Tailândia, em 2011, a Indonésia recebeu mandato da ONU para mediar a disputa. Em janeiro de 2013, O Ministro Natalegawa afirmou

que a Presidência indonésia da APEC, naquele ano, seria oportunidade única para que o país demonstre seu papel de "líder regional".

Corroborar essa tendência o fato de que, após conversas mantidas pelo Chanceler da Indonésia, Marty Natalegawa, em capitais da ASEAN, na semana seguinte à Reunião Ministerial de julho de 2012 (45ª AMM), os Chanceleres da Associação adotaram a proposta de seis pontos do Chanceler indonésio, como declaração da posição comum do grupo quanto à questão do Mar do Sul da China (disputas territoriais marítimas na região, envolvendo a China e alguns países da ASEAN).

Os conflitos entre as etnias rakhine (budista) e rohingya (muçulmana) em Myanmar recebeu a atenção do governo indonésio, por seus desdobramentos políticos e pela solidariedade islâmica. Em agosto de 2012, o Presidente indonésio designou Jusuf Kalla, ex-Vice-Presidente da República e atual Presidente da Cruz Vermelha indonésia e futuro Vice-Presidente, eleito na chapa de Joko Widodo, como enviado especial para tratar dos conflitos envolvendo a minoria islâmica Rohingya, em Myanmar, no que teria sido receptivo o governo de Myanmar.

Nos últimos anos, a Indonésia tem proposto o lançamento de um Tratado Indo-Pacífico, pelo qual os países asiáticos dos Oceanos Índico e Pacífico comprometer-se-iam a adotar mecanismos pacíficos para solucionar controvérsias e disputas, evitando o uso recíproco da força. Com a adoção de tal instrumento legal, à semelhança do TAC (Tratado de Amizade e Cooperação) existente desde 1976 no âmbito da ASEAN, o Ministro Natalegawa postula que a Indonésia procura se antecipar a uma situação de conflito na região.

China

As questões de segurança, associadas à crescente interdependência econômica, contribuíram para uma aproximação entre a Indonésia e a China. Em 2005, ao estabelecerem relação de parceria estratégica, os dois países declararam a intenção de fortalecer a cooperação bilateral na área de treinamento e produção de equipamento militar. Em março de 2012, o Presidente Yudhoyono realizou visita de Estado à China (a primeira desde sua reeleição, em 2009). Durante a visita, foram assinados cerca de quinze acordos de cooperação bilateral, que envolvem aportes da ordem de US\$ 17 bilhões (incluindo possível construção de ponte entre as ilhas de Java e Sumatra).

O Presidente chinês realizou visita de Estado à Indonésia em outubro de 2013, incluindo na agenda cooperação econômica, defesa e segurança, mar e pesca e cooperação em foros internacionais. Foram assinados 23 acordos de negócios, no valor de US\$ 33 bilhões, nos setores de mineração, madeira, papel e celulose, infraestrutura e transporte, entre outros. A projetada construção de monorail em Jacarta, com apoio chinês, também foi discutida.

A Indonésia tem procurado manter posição de equilíbrio no tocante aos litígios territoriais no Mar do Sul da China, promovendo o diálogo diplomático entre os países da ASEAN e a China, de modo imparcial.

Com a internacionalização de empresas chinesas, que têm cada vez mais buscado bases de produção com mão-de-obra mais barata, a Indonésia poderá ser um dos principais destinos de investimentos chineses, por meio da transplantação de indústrias tradicionais vindas da China.

Estados Unidos

As relações entre os dois países foram estreitas na maior parte do Governo Suharto (1967-1998), mas declinaram em sua fase final, devido a diferenças sobre direitos humanos. As relações voltaram a se intensificar com o processo de redemocratização na Indonésia; com a eleição de Barack Obama; e com a estratégia estadunidense de "reequilíbrio" de suas relações com a Ásia, após a redução de tropas no Oriente Médio.

O Presidente Obama, que passou parte da infância na Indonésia, visitou o país em novembro de 2010, quando foi assinado o Plano de Ação da Parceria Global entre os dois países. Obama ressaltou a necessidade de reforçar a cooperação bilateral em três áreas: comércio e investimentos; temas como intercâmbio estudantil, ciência e tecnologia, democracia e direitos humanos; e assuntos políticos e de segurança.

Como mencionado, em 2010, os EUA decidiram retomar a cooperação com as Forças Especiais da Indonésia (Kopassus), após 12 anos de moratória.

Em fevereiro de 2014, visitou Jacarta o Secretário de Estado John Kerry, quando assinou dois Memorandos de Entendimento (sobre cooperação triangular e sobre conservação da fauna e da flora).

Timor-Leste

Após a Revolução dos Cravos em Portugal (1974), e a subsequente declaração de independência de Timor-Leste àquele país (1975), a Indonésia ocupou Timor-Leste, em 1975. Segundo algumas fontes, a presença indonésia resultou na morte de cerca de 300 mil pessoas, de um total aproximado de 1 milhão de timorenses. Em 1999, formalizou-se o término da ocupação indonésia, por meio de plebiscito coordenado pelas Nações Unidas, no qual a proposta indonésia de autonomia limitada foi rejeitada por 78% dos timorenses.

Apesar da violência que caracterizou sua presença em Timor-Leste, a Indonésia buscou, depois de 1999, adotar postura conciliatória em relação ao novo país. Os dois países criaram uma Comissão de Verdade e Amizade (CVA), para avaliar as responsabilidades sobre as mortes ocorridas durante a presença indonésia em Timor-Leste.

Os dois países mantêm hoje relações fluidas. A Indonésia apoia a entrada de Timor-Leste na ASEAN e Timor-Leste manifestou apoio a eventual assento permanente da Indonésia no Conselho de Segurança da ONU.

Holanda

Apesar da declaração de Independência da Indonésia em relação à sua metrópole, Holanda, ter sido feita em 1945, os holandeses só reconheceram o país em 1949. Entretanto, em 2005, a Holanda reviu seu posicionamento e passou a reconhecer o ano de 1945 como ano oficial de independência. Tal fato serviu para aproximar mais os dois países.

Em 2009, foi assinado Acordo de Parceria Abrangente, pelo qual Indonésia e Holanda concordaram cooperar em áreas como segurança, direitos humanos e sustentabilidade, bem como em matérias econômicas, sociais, culturais e educacionais.

Japão

A Indonésia ocupa posição importante na estratégia japonesa de diversificação de suas correntes de comércio e investimentos, motivadas, sobretudo, pelas tensões políticas entre Tóquio e Pequim.

Em dezembro de 2013, o governo japonês anunciou empréstimo de cerca de US\$ 1,5 bilhão de dólares à Indonésia para o desenvolvimento de projetos prioritários de infraestrutura dentre estes, inclui-se a construção de um porto em Cilamaya Karawang, Java Ocidental, e um sistema de transporte rápido em Jacarta. Os investimentos de empresas japonesas na Indonésia totalizaram US\$ 2,46 bilhões em 2012, distribuídos em 646 projetos.

Austrália

As relações com a Austrália ganharam densidade nos últimos anos (são parceiros estratégicos desde 2005), mas passa por momento bastante sensível, sobretudo em função de temas relativos à imigração e espionagem. A Indonésia é o maior receptor de assistência ao desenvolvimento concedida pela Austrália: no ano fiscal 2011-2012, a ajuda australiana ao país somou US\$ 580 milhões.

Em novembro de 2013, veio à tona denúncia de que a Austrália, juntamente com os EUA, realizaria atividades de espionagem em Jacarta, o que foi objeto de pedido de explicações realizado pela Chancelaria indonésia; chamada do Embaixador indonésio em Camberra; suspensão da cooperação relativa a imigrantes indocumentados; e suspensão de exercícios militares conjuntos. Pouco depois, o Primeiro-Ministro da Austrália enviou carta ao Presidente Yudhoyono, a qual contribuiu para amenizar as diferenças.

COREIA DO SUL

A Indonésia mantém importante parceria com a Coreia do Sul na área de defesa, incluindo o desenvolvimento conjunto de submarino e de caça aéreo.

RELAÇÕES EM NÍVEL MULTILATERAL

Brasil e Indonésia integram diversos grupos multilaterais, dentre eles, o G-20 comercial na OMC; o G-20 financeiro; o Grupo de Países Megadiversos Afins; e o F-11

(grupo de coordenação na área ambiental e de biodiversidade), em que compartilham, em geral, posições semelhantes.

A Indonésia copatrocinou a iniciativa conjunta do Brasil e da Alemanha sobre projeto de resolução sobre vigilância das comunicações, em novembro de 2013.

Organização Mundial do Comércio - OMC

A Indonésia sediou a Conferência Ministerial da OMC de 2013, no mês de dezembro, em Bali (as conferências ocorrem a cada dois anos). Na opinião do então Ministro do Comércio, Gita Wirjawan, a IX Conferência logrou imprimir um salto qualitativo para o Sistema Multilateral de Comércio. Para a Indonésia, as conclusões da Conferência adicionam maior visibilidade, projeção e engajamento nos contornos da agenda internacional de comércio. Wirjawan enfatizou, ainda, a competência do Embaixador Roberto Azevêdo na condução da Reunião, com senso de pragmatismo e forte resiliência a todo o intenso processo negociador em Genebra e durante os cinco exaustivos dias da 9ª Conferência.

Em janeiro de 2013, o país lançou a candidatura da Dra. Mari Elka Pangestu, Ministra para o Turismo e Economia Criativa e ex-Ministra para o Comércio, à Direção-Geral da OMC, eleição vencida pelo candidato brasileiro, Embaixador Roberto Azevêdo.

Questão Palestina

A Indonésia reconhece o Estado palestino desde novembro de 1988. Em discurso na 66ª AGNU, em 2011, o Chanceler Marty Natalegawa expressou o apoio de seu governo à solução de dois Estados e reiterou o compromisso de Jacarta com a busca de um acordo de paz que viabilize a existência da Palestina independente.

No âmbito bilateral, o governo indonésio tem oferecido assistência econômica e cooperação técnica ao Estado palestino. Em foros multilaterais, o país procura coordenar posições sobre a situação do Oriente Médio com outros países em desenvolvimento. Em 2010, por exemplo, Natalegawa promoveu reunião com os Chanceleres de Brasil, Índia e África do Sul, à margem da Assembleia Geral da ONU, para discutir o tema. Em março de 2014, sediou a II Conferência sobre Cooperação entre os Países da Ásia do Leste para o Desenvolvimento da Palestina (CEAPAD), quando recebeu a visita do Primeiro-Ministro palestino Rami Hamdallah.

Direitos humanos

A Indonésia ocupa vaga no Conselho de Direitos Humanos, para mandato que vai de 2012 a 2014 e candidatou-se a reeleição, para o mandato 2015-2017.

A Indonésia foi avaliada pelo mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos em 23 de maio de 2012. O Brasil observou, durante o exercício, mudanças feitas no sistema legal indonésio para reforçar o respeito aos direitos humanos. Elogiou a prioridade conferida pela Indonésia à promoção do direito humano à saúde e seu compromisso em fortalecer o marco legal e institucional aplicável ao respeito à religiosa e à

erradicação da pobreza. Encorajou o compromisso indonésio de ratificar o Protocolo Opcional à Convenção contra Tortura (OPCAT), o qual já fora ratificado pelo Brasil. Apresentou, como recomendação ao país, avaliar a aplicação de moratória a execuções com vistas à ulterior abolição da pena capital.

No início de 2014, o Ministro Marty Natalegawa ressaltou que seu país também promoverá, ao longo do ano, o fortalecimento das instituições de direitos humanos da ASEAN, particularmente a Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos (AICHR), bem como a consolidação do Fórum da Democracia de Bali, como plataforma para os países da região compartilharem experiências e lições sobre a democracia em cada nação.

Foi divulgado pela organização não-governamental Anistia Internacional, em 2014, relatório anual sobre a execução de penas capitais ao redor do mundo. O informe chamou a atenção para a retomada das execuções da pena de morte na Indonésia em 2013. A Indonésia teria se juntado ao Kuaite, à Nigéria e ao Vietnã entre aqueles que retomaram execuções.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Indonésia alcançou taxas médias de crescimento do PIB de cerca de 7% ao ano, entre 1965 e 1996, e posicionou-se como um dos maiores países exportadores de petróleo a despeito dos vários choques externos sofridos no mesmo período. Tal ritmo de crescimento econômico foi interrompido em 1997, com a Crise Asiática. A recuperação só começou no ano de 2000, quando o consumo doméstico, que já vinha crescendo desde a década de 1990, tornou-se um dos principais impulsionadores da atividade econômica, compensando o fraco desempenho do setor exportador e a queda dos investimentos.

Atualmente, a economia indonésia representa 33% do PIB da ASEAN e tem apresentado índices expressivos de crescimento nos últimos anos. A crise mundial, iniciada em 2008, teve tênues efeitos sobre a economia indonésia, que cresceu 4,5% em 2009, 6,1% em 2010, 6,5% em 2011, 6,3% em 2012, e 5,8% em 2013. Para 2014, o FMI prevê crescimento de 5,4%. O crescimento econômico da Indonésia está sendo considerado, depois da China, o maior entre as nações do G-20, superior ao da Índia. A economia nacional tem assistido a forte aumento do consumo das famílias, relacionado ao crescimento da classe média no país. Em 2011, a economia indonésia obteve grau de investimento, conferido primeiro pela Fitch, seguida em janeiro de 2012 pela Moody's.

O setor agrícola respondeu por 14,3% do PIB, em 2013; a indústria, por 46,6%; e os serviços, por 39,1%. É concedido forte estímulo ao setor de turismo (8 milhões de visitantes estrangeiros, em 2012), o que pode ampliar a participação dos serviços.

As prioridades do Governo Yudhoyono em relação à economia são a manutenção da estabilidade macroeconômica; a formação de ambiente favorável aos investimentos externos; a revitalização da agricultura; e o desenvolvimento rural. O governo indonésio lançou em maio de 2011 o Plano Diretor de Aceleração e Expansão do Desenvolvimento Econômico 2011-2025 (MP3EI), cujo objetivo é transformar a Indonésia em um país desenvolvido até 2025. O plano estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do potencial econômico por meio de 6 "corredores", pela melhoria da conectividade e das capacidades nacionais em ciência, tecnologia e recursos humanos. Entre os setores prioritários estão energia, agricultura, mineração, turismo, indústria naval e projetos de infraestrutura.

Alguns analistas afirmam que o crescimento dos salários na China pode servir de incentivo para a realocação de empresas chinesas para países vizinhos – entre os quais a Indonésia – que têm custos trabalhistas menores. Há, contudo, obstáculos para que a oportunidade seja aproveitada pelos países do Sudeste Asiático. São apontados como dificuldades os sistemas judiciários subdesenvolvidos, corrupção e infraestrutura insuficiente para concretizar uma eventual ampliação do setor manufatureiro.

Como mencionado, estudo do Banco Goldman Sachs prevê que a Indonésia poderá ser a sétima economia do mundo em 2050, com um PIB de US\$ 7 trilhões, à frente do Japão, Alemanha, França e Reino Unido. Segundo estudo do Banco Bilbao Vizcaya, a Indonésia poderá alcançar, em breve, a posição de quinta economia do mundo com maior crescimento absoluto do PIB, atrás de China; Estados Unidos; Índia; e Brasil.

Comércio e investimentos internacionais

Em 2013, as exportações indonésias foram direcionadas em grande parte aos vizinhos da Ásia, que absorveram 73% do total; seguidos do continente americano com 11% e da União Europeia com 9%. Individualmente, o Japão foi o principal destino das vendas indonésias com 14,8% do total em 2013, seguida da China com 12,4%; de Cingapura com 9,1%; e dos Estados Unidos com 8,6%. O Brasil posicionou-se no 22º lugar entre os compradores da Indonésia, com 0,8% do total.

Os países asiáticos são também os principais supridores do mercado indonésio. Em 2013, somaram 75% do total, seguidos do continente americano com 9% e da União Europeia com 7%. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens à Indonésia, com 16% do total. Seguiram-se: Cingapura (13,7%); Japão (10,3%); Malásia (7,1%); Coreia do Sul (6,2%); e Tailândia (5,7%). O Brasil posicionou-se no 16º lugar entre os fornecedores do mercado indonésio, com 1,2% do total.

Combustíveis (hulhas e coques, gás de petróleo, óleo de petróleo em bruto) foram o principal grupo de produtos da pauta das exportações da Indonésia. Em 2013, os combustíveis representaram 31,5% do total; seguidos de gorduras e óleos (óleo de palma, de coco, margarina) com 10,5%; e máquinas elétricas (fios e cabos, aparelhos de TV, aparelhos para corte para gravação, circuitos integrados) com 5,7%.

A pauta das importações da Indonésia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, combustíveis (óleo refinado, óleo bruto, gás de petróleo e coques e hulhas) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 24,4% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, impressoras, bombas de ar e para líquidos) com 14,6%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, circuitos integrados, aparelhos para corte, fios e cabos) com 9,8%; e ferro e aço (laminados e desperdícios) com 5,1%.

O Governo da Indonésia definiu como meta, para 2014, elevar em 15% o investimento estrangeiro direto (IED) no país, com relação ao ano anterior (US\$ 28,5 bilhões, segundo o Governo da Indonésia, voltados, principalmente, para a exploração de recursos naturais). Entre os setores que, historicamente, mais atraem IED destacam-se os setores de mineração, transportes, armazenamento e comunicações, indústria química e farmacêutica, indústria de máquinas, metal e eletrônica e indústria automotiva e de equipamentos de transporte. Com relação ao estoque de investimento, os principais países investidores são Cingapura, Malásia, Holanda, Japão, Reino Unido e EUA.

Conjuntura econômica

A economia indonésia cresceu, no primeiro trimestre de 2014, a uma taxa anualizada de 5,2%, com leve desaceleração em comparação ao crescimento anual de 5,7% registrado no quarto trimestre de 2013. O desaquecimento da economia foi atribuído pelo Banco da Indonésia (BI - equivalente ao Banco Central) à redução dos investimentos e das exportações. Índice que mede a confiança do empresariado acompanhou a queda nos investimentos, com destaque para o setor de construção civil, que passou a atuar de forma mais conservadora, em

meio a temores de uma bolha especulativa no mercado imobiliário. Ainda assim, o BI espera uma retomada do crescimento do investimento privado no segundo semestre.

A contração das exportações teria sido resultado, sobretudo, da implementação da proibição de exportação de minerais não processados em janeiro último. O comércio internacional total da Indonésia no primeiro trimestre do ano apresentou queda de 4% em relação ao mesmo período de 2013, alcançando um total de US\$ 87,5 bilhões. O comércio com o Brasil, no volume de US\$ 860 milhões no primeiro trimestre, esteve na contramão da tendência geral, ao crescer 7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As reservas cambiais da Indonésia somavam, ao final de março de 2014, US\$ 102,6 bilhões, equivalentes a 5,9 meses de importações ou 5,7 meses de importações e pagamento do serviço da dívida externa - acima, portanto, dos padrões internacionais de adequação de cerca de três meses de importações. A rúpia se apreciou em relação ao dólar estadunidense a uma razão de 7,13% entre o final do exercício de 2013 e maio de 2014. A inflação, em março de 2014, seguiu tendência descendente, ao alcançar 7,32% anuais, abaixo dos 7,75% no mês anterior. As autoridades esperam ainda poder alcançar a meta de 4,5%, mais ou menos 1 p.p., ao final de 2014. A taxa de inflação fechou o ano de 2013 em 8,1%, em parte afetada pelo corte dos subsídios à gasolina, além do forte aumento do consumo das famílias. A dívida pública é relativamente baixa (cerca de 24% do PIB, ao fim de 2013, enquanto a média mundial é acima de 65%).

O Banco da Indonésia considerou satisfatórios os números verificados no trimestre e em linha com projeções anteriores de redução da inflação e volta do superávit na balança comercial, levando-o a manter a taxa básica de juros em 7,5%, de forma a permitir a retomada do crescimento do PIB a nível próximo dos 6% no ano.

Relatório do Banco Mundial, de maio de 2014, aponta que a Indonésia teria alcançado a 10ª posição entre as maiores economias do mundo, em termos de paridade de poder de compra (salto de seis posições em relação à pesquisa anterior). Por outro lado, a revista "The Economist", no mesmo mês, notou que o crescimento econômico tem-se dado com o aumento da desigualdade no país, demonstrado pela piora substantiva no coeficiente de Gini (de 0,29 a 0,38 desde 2000); crescimento do consumo da classe C na ordem de apenas 1,3% ao ano, comparado com 4% da população como um todo; a porcentagem de 70% do PIB oriundos do setor informal, onde não há garantias de salário mínimo ou proteção social; e a alta porcentagem do orçamento do Governo dedicada ao subsídio a combustíveis (20%), que beneficia mais às classes alta e média.

Energia

O consumo primário de energia da Indonésia, em 2012 (últimos dados disponíveis), foi composto por: 36% de petróleo, 27% de biomassa, 20% de carvão, 17% de gás natural, 2% de hidrelétrica e 1% de geotérmica.

O setor de energia indonésio, que já teve grande importância no crescimento do país, passou por longo declínio, iniciado em 1977. Como resultado, a Indonésia é, atualmente, importadora líquida de petróleo e deixou de integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em outubro de 2008. As reservas atuais de petróleo da Indonésia só

seriam suficientes para dez anos (esgotamento em 2024), no atual ritmo de exploração. As reservas de gás, na ausência de novas descobertas, se esgotariam em trinta anos, e as de carvão, em oitenta. Os subsídios à venda de combustíveis, que causavam forte pressão sobre o orçamento público - US\$ 32 bilhões, em 2012 - têm sido cortados, com repercussão popular negativa, em razão do aumento de até 44% no preço final da gasolina.

Com reservas de petróleo de 3,59 bilhões de barris, a Indonésia produz 925 mil barris/dia e consome 1,590 milhão de barris/dia (dados de 2013). A produção petrolífera do país diminuiu 32% entre 2000 e 2010, em função do declínio de diversos campos. As principais companhias de petróleo estrangeiras operando no país são a Chevron e a ExxonMobil. A capacidade de refino indonésia é de cerca de 1 milhão de barris/dia, distribuída entre oito refinarias, todas operadas pela PT Pertamina, a estatal indonésia de hidrocarbonetos.

A Indonésia tem reservas de gás natural de 3 trilhões de metros cúbicos (tmc). - a décima quarta reserva do mundo, a maior parte da qual situada “offshore”. A produção de gás natural indonésia está em crescimento, havendo aumentado em mais de 30% desde 2005. O país produziu 70 bilhões de m³ de gás em 2013, 50% dos quais foram destinados à demanda interna. A Indonésia foi o 5º maior exportador de gás natural liquefeito do mundo em 2012 (7,6% do total mundial), atrás de Qatar, Malásia, Austrália e Nigéria.

A Indonésia tem reservas carboníferas da ordem de 6,1 bilhões de toneladas e tornou-se, recentemente, o maior exportador de carvão do mundo, ultrapassando a Austrália.

O setor de etanol, por outro lado, não registra produção comercial desde 2010.

O Parlamento indonésio aprovou, em janeiro de 2014, a nova Política Nacional de Energia. Fixou-se a meta de redução da participação dos combustíveis fósseis na matriz energética nacional dos 49% atuais para 25% em 2025 e para no máximo 20% em 2050. Fontes de energia renovável aumentariam de 6%, hoje, para 23% em 2025 e ao menos 31% em 2050. A lei estabelece as bases para a adoção de um programa de desenvolvimento energético integrado, com ênfase na diversificação, na eficiência e na conservação, incluindo incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento de fontes de energia renovável; determina que os Governos central e locais deem incentivos a indústrias que implementem programas de eficiência energética, por meio da substituição de equipamentos que requeiram investimentos adicionais; e estabelece mecanismos de fixação de preços e de subsídios. A energia nuclear é considerada como último recurso.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1602	Início da dominação holandesa sobre o arquipélago indonésio.
1942-45	Ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial.
1945	Declaração de independência sob a liderança de Sukarno e Mohammad Hatta.
1949	Reconhecimento da independência da Indonésia pela Holanda.
1955	I Conferência Afro-Asiática, em Bandung, reúne países do Terceiro Mundo e dá início ao Movimento dos Países Não Alinhados.
1965	Golpe de Estado fracassado contra o Presidente Sukarno.
1967	Início da presidência do General Suharto.
1969	Incorporação formal de Papua Ocidental à Indonésia, com o nome de Irian Jaya.
1975	Declaração de independência de Timor-Leste em relação a Portugal.
1976	Invasão indonésia de Timor-Leste.
1997	Crise econômica asiática.
1998	Protestos forçam Suharto a renunciar à Presidência. Habibie torna-se Presidente.
1999	Referendo em Timor-Leste decide pela independência. Eleições parlamentares na Indonésia. Abdurrahman Wahid assume a Presidência.
2001	Manifestações de massa contra Wahid. Vice-Presidente Megawati Sukarnoputri assume a presidência.
2002	Criação de tribunal para apurar atrocidades em Timor-Leste após 1999 (janeiro). Independência formal de Timor-Leste (maio). Atentado a bomba em Bali mata 202 pessoas (outubro).
2004	Vitória de Susilo Bambang Yudhoyono nas eleições presidenciais (julho). Tsunami atinge o Sudeste Asiático e devasta a Indonésia (dezembro).
2005	Acordo de paz entre o Governo e o Movimento Aceh Livre (agosto).
2007	Captura do chefe do grupo islâmico Jemaah Islamiyah, Zarkasih (junho). Indonésia sedia a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Bali (dezembro).
2008	Executados três condenados pelos atentados na Ilha de Bali (novembro).
2009	Reeleição do Presidente Susilo Bambang Yudhoyono (julho). Dois atentados terroristas em hotéis de Jacarta deixam 9 mortos (julho). Fortes terremotos no noroeste da Ilha de Sumatra deixa cerca de mil mortos (setembro).
2010	Forte terremoto em Sumatra e erupção do Vulcão Merapi, em Java, deixam centenas de mortos (outubro). Visita do Presidente dos EUA, Barack Obama (novembro).
2011	Duas igrejas são incendiadas em Java Central (fevereiro). Indonésia exerce a Presidência de turno da ASEAN. Abu Bakar Ba'asyir, líder de grupo radical islâmico, é sentenciado a 15 anos (junho). Realização da 26ª edição do "Southeast Asian Games" (novembro). Governo holandês pede desculpas por massacre de 150 pessoas ocorrido na ilha de

	Java, durante a guerra da independência indonésia, em 1947 (dezembro).
2012	Investigação de 10 anos sobre os atentados a bomba de Bali, em 2002, chega ao fim com a condenação a 20 anos de prisão do fabricante de bombas Umar Patek, extraditado do Paquistão em 2011 (junho).
2013	O Parlamento aprova expressivo aumento da gasolina e do diesel para cortar subsídios, o que gera violentos protestos (junho).
2014	Eleições legislativas resultam em queda do PD e ascensão do opositorista PDI-P (abril). Joko Widodo é eleito Presidente da República, com 53,1% dos votos e contestação de seu opositor (julho). Aprovada lei que torna indiretas as eleições para Governador e Prefeito (setembro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1953	Criação da Legação do Brasil em Jacarta (28 de setembro).
1959	Visita do Presidente Sukarno ao Brasil (primeiro Chefe de Estado asiático a visitar oficialmente o Brasil).
1961	Nova visita do Presidente Sukarno ao Brasil. Assinatura de Declaração Econômica entre o Brasil e a Indonésia.
1996	Assinatura de Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Bilaterais.
2000	Visita do Presidente Abdurrahman Wahid ao Brasil (outubro).
2001	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Indonésia (janeiro).
2006	Comércio bilateral supera a marca de US\$ 1 bilhão (US\$ 1,13 bilhão).
2007	<p>Delegação da Comissão Eleitoral indonésia visita o Brasil (fevereiro).</p> <p>Ministro Celso Amorim participa, na condição de coordenador do G-20, da reunião do G-33 na Indonésia (março).</p> <p>Ministro dos Negócios Estrangeiros Hassan Wirajuda participa da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília (agosto).</p> <p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento indonésio, Defesa, Comunicação e Informática, Theo Sambuaga, visita o Brasil (agosto).</p> <p>Presidentes Lula e Yudhoyono encontram-se à margem da 62ª AGNU, em Nova York (setembro).</p> <p>Integrantes da Comissão Especial parlamentar do Projeto de Lei sobre Mineração e Carvão Mineral, visitam o Brasil (outubro).</p> <p>Ministro Celso Amorim participa da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Bali (dezembro).</p>
2008	<p>Ministro Anton Apriyantono, da Agricultura, visita o Brasil (março).</p> <p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes, visita a Indonésia (março).</p> <p>SGAP-II chefia delegação Brasileira à Reunião de Consultas Bilaterais, em Jacarta (março).</p> <p>Integrantes da Comissão de Condecorações do Parlamento indonésio visitam o Brasil (abril).</p> <p>Presidente Lula visita a Indonésia (julho).</p> <p>Ministra Mari Pangestu, do Comércio, visita o Brasil (agosto).</p> <p>Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Representativo do Povo da Indonésia, Sr. Agung Laksono, e de delegação parlamentar (setembro).</p> <p>Presidente Yudhoyono visita o Brasil (18 a 20 de novembro). Estabelecimento da Parceria Estratégica (novembro).</p>
2009	<p>Comissão parlamentar de População, Saúde, Transmigração e Força de Trabalho visitam o Brasil (junho).</p> <p>Integrantes da Comissão parlamentar sobre Políticas Governamentais Relativas ao Preço da Gasolina visitam o Brasil (setembro).</p> <p>I Comissão Mista. Adoção do Plano de Ação da Parceria Estratégica (outubro).</p>
2010	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Triyono Wibowo, visita o Brasil, chefiando

	<p>a delegação indonésia ao III Encontro da Aliança de Civilizações (maio).</p> <p>O assessor presidencial Kuntoro Mangkusubroto (de nível hierárquico semelhante ao de Ministro-Chefe da Casa Civil, no Brasil) visita Brasília e Manaus (setembro).</p> <p>A Sra. SGAP-II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, visita Jacarta e participa da V Reunião de Consultas Políticas (setembro).</p>
2011	<p>Visita a Jacarta do Comandante do Exército, General Enzo Peri, e do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, para participarem do “Jakarta International Defense Dialogue” (março).</p> <p>Visita a Brasília e Belém do Governador da província indonésia de Kalimantan Central, Sr. Teras Narang (março).</p> <p>Visita da seção indonésia do Grupo Parlamentar de Cooperação Bilateral (abril).</p> <p>V Reunião do Comitê Consultivo Agrícola, na Indonésia (maio).</p> <p>Visita da Sra. SGAP-II a Jacarta e realização da II Reunião da Comissão Mista (outubro).</p> <p>Visita do Vice-Ministro de Planejamento Nacional, Dr. Lukita Tuwo (novembro).</p> <p>Participação do MRE Antonio Patriota na XIX Cúpula da ASEAN, em Bali (novembro).</p>
2012	<p>Visita do Ministro do Comércio da Indonésia ao Brasil (março).</p> <p>Visita do Vice-Ministro da Agricultura da Indonésia ao Brasil (abril e novembro).</p> <p>Participação do PR Yudhoyono na Conferência Rio+20 (junho).</p> <p>Visita da SECEX Tatiana Prazeres e delegação empresarial à Indonésia (julho).</p> <p>I Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos, em Jacarta (julho).</p> <p>Visita do Secretário-Geral do Ministério da Defesa da Indonésia ao Brasil (agosto).</p> <p>Encontro entre PR Dilma Rousseff e PR Yudhoyono à margem da AGNU (setembro).</p> <p>Visita do Chefe do Conselho Nacional de Narcóticos da Indonésia (setembro).</p> <p>Visita do Vice-Ministro da Defesa da Indonésia (novembro).</p> <p>Vinda de duas delegações parlamentares indonésias (finanças e infraestrutura; novembro).</p> <p>Visita da Vice-Ministra de Educação e Cultura da Indonésia ao Brasil (dezembro).</p> <p>Visita de delegação parlamentar indonésia sobre lei do espaço (dezembro).</p>
2013	<p>VI Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (janeiro)</p> <p>Missão de inteligência comercial APEX/MRE (março)</p> <p>Participação brasileira na JIDD 2013, na área de defesa (março)</p> <p>Visita da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para participar da quarta reunião do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (março).</p> <p>Visita do Comitê Nacional de Inovação da Indonésia, chefiada por dois ex-Ministros (Bambang Kesowo, Secretariado de Estados; e Syafit Djamal, Transportes) (maio).</p> <p>Visita a São Paulo do Diretor do "President's Delivery Unit for Development Monitoring and Oversight – UKP", Agung Wicaksono, sobre monitoramento florestal (junho).</p> <p>II Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos, em Brasília (setembro).</p>

	<p>Visita a Brasília do Vice-Ministro do Comércio, Bayu Krisnamurthi (setembro).</p> <p>Participação do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Marcelo Pedroso, no Fórum Cultural Mundial, na Indonésia (novembro)</p> <p>Participação do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, na IX Reunião Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, e encontro bilateral com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marty Natalegawa, e com o Ministro do Comércio, Gita Wirjawan (dezembro).</p>
2014	<p>Visita do Secretário de Relações Internacionais do MAPA, Marcelo Junqueira (março)</p> <p>Visita do Ministro do STJ Antonio Herman Benjamin (abril)</p>

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço	12/7/2008	06/12/2008

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2 0 1 3

PIB	
Crescimento real	5,78%
PIB nominal	US\$ 870,28 bilhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 3.510
PIB PPP	US\$ 1,29 trilhão
PIB PPP "per capita"	US\$ 5.214
Origem do PIB	
Agricultura	14,3%
Indústria	46,6%
Serviços	39,1%
Balanço de pagamentos	
Saldo em transações correntes	US\$ - 28,45 bilhões
Saldo da balança comercial de bens	US\$ - 4,10 bilhões
Saldo da balança comercial de serviços (2012)	US\$ - 10,77 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 99,39 bilhões
Outros indicadores	
Inflação (fim do período)	8,1%
Dívida externa	US\$ 266,03 bilhões
Câmbio (Rp / US\$)	12,189

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2014; (3) UN/UNCTAD/ITC/TradeMap June 2014.

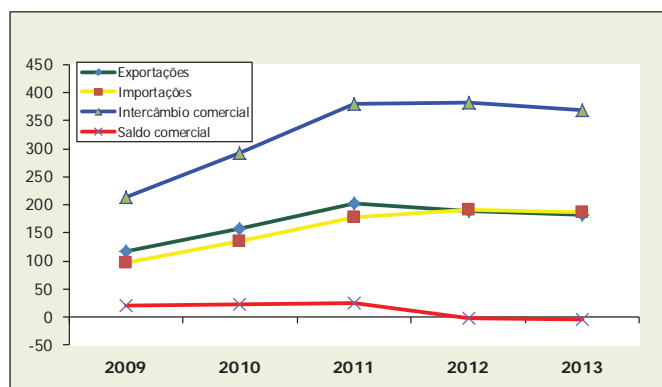
Com PIB nominal de US\$ 870,28 bilhões e crescimento de 5,78% em 2013, a Indonésia posicionou-se como a 16ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 46,6% do PIB, seguido de serviços com 39,1% e do agrícola com 14,3%. A Indonésia apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 28,45 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi também deficitário em US\$ 4,1 bilhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo negativo de US\$ 10,77 bilhões.

Evolução do comércio exterior
US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	116,5	96,8	213,3	19,7
2010	157,8	135,7	293,4	22,1
2011	203,5	177,4	380,9	26,1
2012	190,0	191,7	381,7	-1,7
2013	182,6	186,6	369,2	-4,1
2013(jan-mar)	45,4	45,7	91,1	-0,2
2014(jan-mar)	44,3	43,2	87,5	1,1
Var. % 2009-2013	56,7%	92,7%	73,0%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, September 2014.

(n.c.) Dado não calculado.



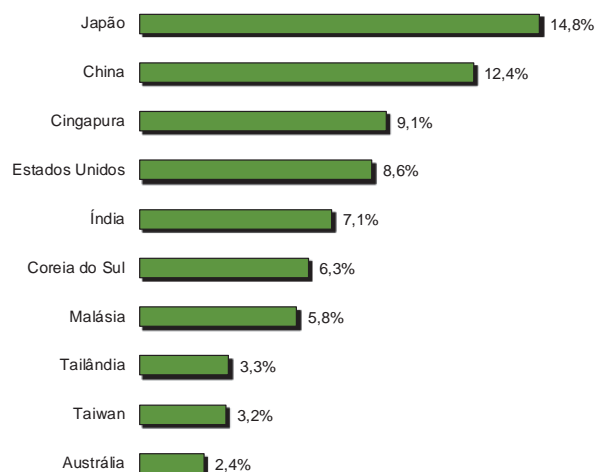
O comércio exterior da Indonésia apresentou, em 2013, crescimento de 73,0% em relação a 2009, de US\$ 213,3 bilhões para US\$ 369,2 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2013, a Indonésia figurou como o 28º mercado mundial, sendo o 26º exportador e o 27º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário nos três primeiros anos do período sob análise, totalizando em 2013 saldo negativo de US\$ 4,1 bilhões.

Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Japão	27,1	14,8%
China	22,6	12,4%
Cingapura	16,7	9,1%
Estados Unidos	15,7	8,6%
Índia	13,0	7,1%
Coreia do Sul	11,4	6,3%
Malásia	10,7	5,8%
Tailândia	6,1	3,3%
Taiwan	5,9	3,2%
Austrália	4,4	2,4%
...		
<i>Brasil</i>	<i>1,5</i>	<i>0,8%</i>
Subtotal	135,0	74,0%
Outros países	47,5	26,0%
Total	182,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais destinos das exportações



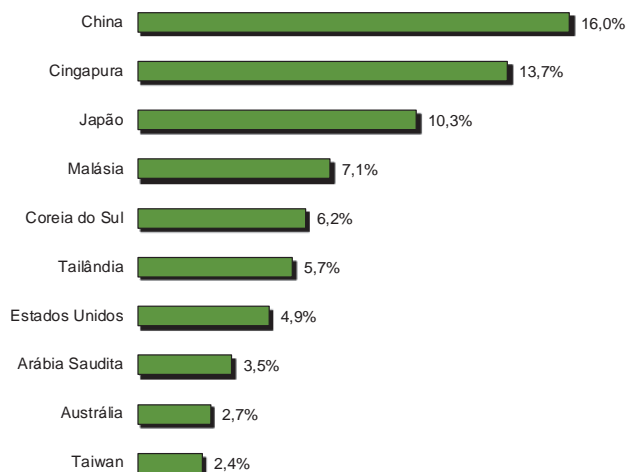
As vendas indonésias foram direcionadas em grande parte aos vizinhos da Ásia, que absorveram 73% do total em 2013; seguidos do continente americano com 11% e da União Europeia com 9%. Individualmente, o Japão foi o principal destino das vendas indonésias com 14,8% do total em 2013, seguida da China com 12,4%; de Cingapura com 9,1%; e dos Estados Unidos com 8,6%. Seguiram-se: Índia (7,1%); Coreia do Sul (6,3%); Malásia (5,8%); Tailândia (3,3%); e Taiwan (3,2%). O Brasil posicionou-se no 22º lugar entre os compradores da Indonésia, com 0,8% do total.

Origem das Importações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
China	29,8	16,0%
Cingapura	25,6	13,7%
Japão	19,3	10,3%
Malásia	13,3	7,1%
Coreia do Sul	11,6	6,2%
Tailândia	10,7	5,7%
Estados Unidos	9,1	4,9%
Arábia Saudita	6,5	3,5%
Austrália	5,0	2,7%
Taiwan	4,5	2,4%
...		
<i>Brasil</i>	<i>2,2</i>	<i>1,2%</i>
Subtotal	137,7	73,8%
Outros países	49,0	26,2%
Total	186,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais origens das importações



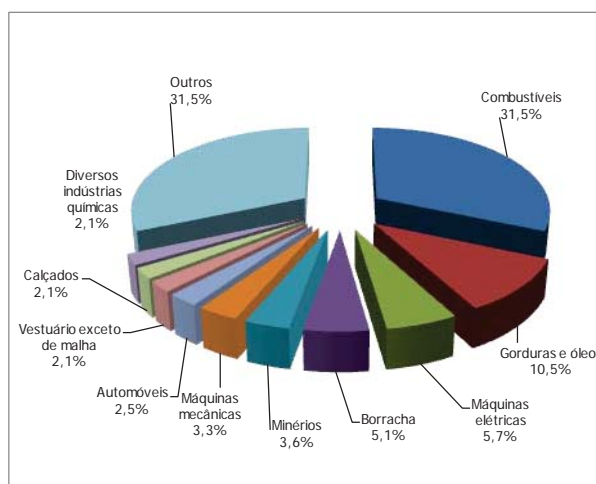
Os países asiáticos são também os principais abastecedores do mercado indonésio. Em 2013, somaram 75% do total, seguidos do continente americano com 9% e da União Europeia com 7%. Individualmente, a China foi também o principal fornecedor de bens à Indonésia, com 16,0% do total. Seguiram-se: Cingapura (13,7%); Japão (10,3%); Malásia (7,1%); Coreia do Sul (6,2%); e Tailândia (5,7%). O Brasil posicionou-se no 16º lugar entre os fornecedores do mercado indonésio, com 1,2% do total.

Composição das exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Combustíveis	57,4	31,5%
Gorduras e óleos	19,2	10,5%
Máquinas elétricas	10,4	5,7%
Borracha	9,4	5,1%
Minérios	6,5	3,6%
Máquinas mecânicas	6,0	3,3%
Automóveis	4,6	2,5%
Vestuário exceto de malha	3,9	2,1%
Calçados	3,9	2,1%
Diversos indústrias químicas	3,8	2,1%
Subtotal	125,1	68,5%
Outros	57,4	31,5%
Total	182,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais grupos de produtos exportados



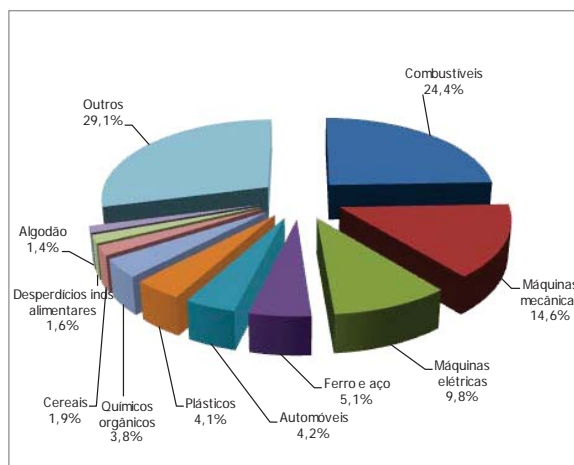
Combustíveis (hulhas e coques, gás de petróleo, óleo de petróleo em bruto) foram o principal grupo de produtos da pauta das exportações da Indonésia. Em 2013, os combustíveis representaram 31,5% do total; seguidos de gorduras e óleos (óleo de palma, de côco, margarina) com 10,5%; e máquinas elétricas (fios e cabos, aparelhos de TV, aparelhos para corte para gravação, circuitos integrados) com 5,7%. Seguiram-se: borracha (5,1%); minérios (3,6%); máquinas mecânicas (3,3%); e automóveis (2,5%).

Composição das importações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Combustíveis	45,5	24,4%
Máquinas mecânicas	27,3	14,6%
Máquinas elétricas	18,2	9,8%
Ferro e aço	9,6	5,1%
Automóveis	7,9	4,2%
Plásticos	7,6	4,1%
Químicos orgânicos	7,0	3,8%
Cereais	3,6	1,9%
Desperdícios inds alimentares	3,0	1,6%
Algodão	2,6	1,4%
Subtotal	132,4	70,9%
Outros	54,3	29,1%
Total	186,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, September 2014.

10 principais grupos de produtos importados



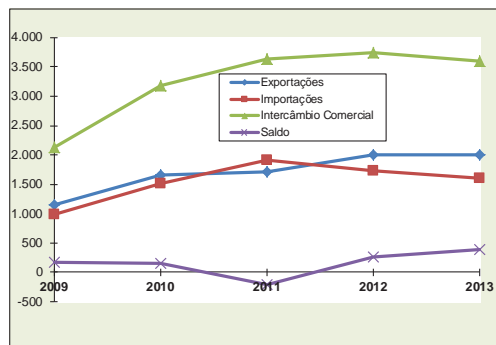
A pauta das importações da Indonésia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, combustíveis (óleo refinado, óleo bruto, gás de petróleo e coques e hulhas) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 24,4% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, impressoras, bombas de ar e para líquidos) com 14,6%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, circuitos integrados, aparelhos para corte, fios e cabos) com 9,8%; e ferro e aço (laminados e desperdícios) com 5,1%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2009	1.151	0,7%	987	-11,0%	2.138	-5,1%	163
2010	1.663	44,5%	1.517	53,7%	3.180	48,8%	146
2011	1.718	3,3%	1.920	26,5%	3.638	14,4%	-202
2012	2.002	16,5%	1.736	-9,6%	3.738	2,7%	266
2013	1.999	-0,1%	1.604	-7,6%	3.603	-3,6%	395
2013 (jan-ago)	1.013	6,5%	1.060	-13,2%	2.073	9,9%	-47
2014 (jan-ago)	1.316	29,9%	1.175	10,8%	2.491	20,1%	140
Var. % 2009-2013	73,7%		62,5%		68,6%		n.c.

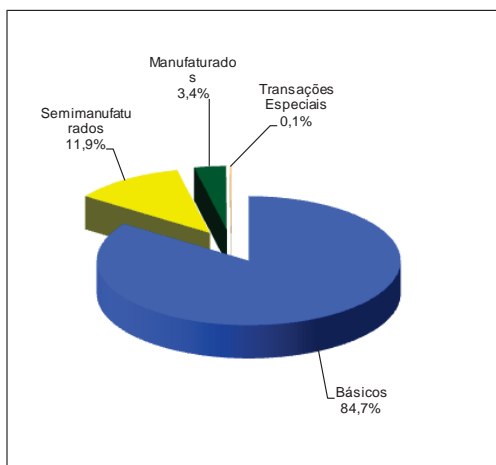
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.

A Indonésia foi o 32º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,75% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 68,6%, de US\$ 2,14 bilhões para US\$ 3,60 bilhões. Nesse período, as exportações aumentaram 73,7% e as importações, 62,5%. O saldo da balança comercial no período sob análise foi desfavorável ao Brasil somente em 2011, registrando superávit de US\$ 395 milhões em 2013.



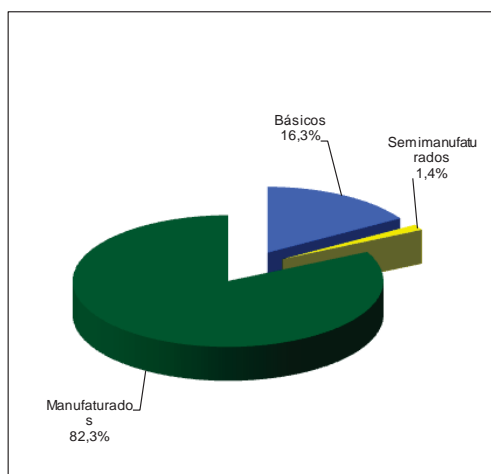
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para a Indonésia são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 84,7% do total em 2013, com destaque para farelo de soja, milho e algodão. Os semimanufaturados posicionaram-se em seguida com 11,9% (fumo) e os manufaturados com 3,4%.

Importações



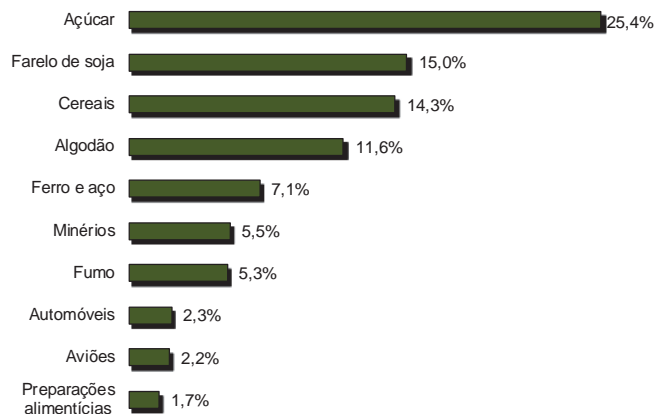
Os produtos manufaturados somaram a maior parte da pauta das importações brasileiras procedentes da Indonésia em 2013, representados principalmente por óleos de dendê e de palmiste, máquinas, automóveis e calçados. Os básicos posicionaram-se em seguida com 16,3% (borracha natural), e os semimanufaturados com 1,4%.

Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Açúcar	422	683	507	25,4%
Farelo de soja	111	141	299	15,0%
Cereais	59	34	286	14,3%
Algodão	203	312	231	11,6%
Ferro e aço	175	218	141	7,1%
Minérios	221	108	109	5,5%
Fumo	135	115	106	5,3%
Automóveis	65	54	46	2,3%
Aviões	49	71	44	2,2%
Preparações alimentícias	29	26	33	1,7%
Subtotal	1.469	1.762	1.802	90,1%
Outros produtos	249	240	197	9,9%
Total	1.718	2.002	1.999	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



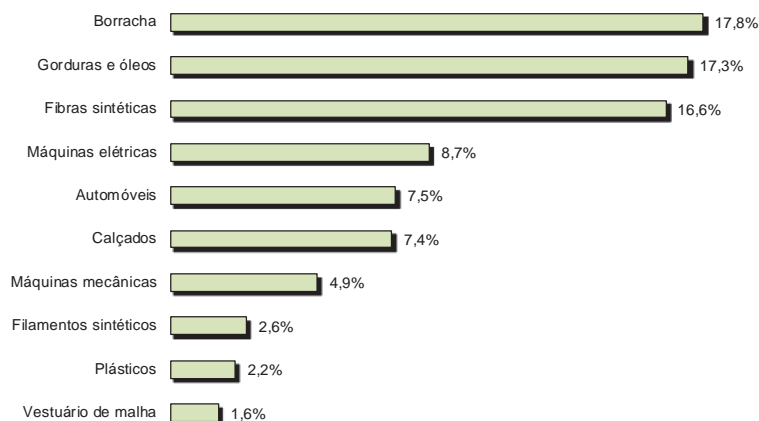
Açúcar refinado foi o principal produto brasileiro exportado para a Indonésia, representado aproximadamente 1/5 da pauta. Em 2013, o açúcar somou 25,4% do total, seguido de farelo de soja com 15%; cereais (milho) com 14,3%, algodão (simplesmente debulhado, não cardado) com 11,6%; ferro e aço (semimanufaturados) com 7,1%; e fumo (em folhas secas) com 5,3%.

Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Borracha	508	275	286	17,8%
Gorduras e óleos	347	316	278	17,3%
Fibras sintéticas	255	253	266	16,6%
Máquinas elétricas	120	122	139	8,7%
Automóveis	62	103	121	7,5%
Calçados	98	110	119	7,4%
Máquinas mecânicas	87	67	79	4,9%
Filamentos sintéticos	59	46	41	2,6%
Plásticos	22	28	35	2,2%
Vestuário de malha	21	26	26	1,6%
Subtotal	1.579	1.346	1.390	86,6%
Outros produtos	341	390	214	13,4%
Total	1.920	1.736	1.604	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Na pauta das importações brasileiras originárias da Indonésia predominam borracha (borracha natural), gorduras e óleos (óleos de dendê e de palmito) e fibras sintéticas (fios de fibras sintéticas ou artificiais). Em 2013, esses grupos de produtos, em conjunto, somaram 52% da pauta. Seguiram-se: máquinas elétricas (8,7%); automóveis (7,5%); calçados (7,4%); máquinas mecânicas (4,9%); e filamentos sintéticos (2,6%).

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-ago)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-ago)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Farelo de soja	189	18,6%	548	41,6%	Farelo de soja 548
Algodão	121	11,9%	124	9,5%	Algodão 124
Cereais	34	3,3%	94	7,2%	Cereais 94
Ferro e aço	94	9,3%	80	6,1%	Ferro e aço 80
Armas e munições	0	0,0%	79	6,0%	Armas e munições 79
Fumo	67	6,6%	73	5,5%	Fumo 73
Minérios	51	5,0%	63	4,8%	Minérios 63
Açúcar	239	23,6%	62	4,7%	Açúcar 62
Automóveis	32	3,2%	41	3,1%	Automóveis 41
Peles e couros	21	2,0%	22	1,7%	Peles e couros 22
Subtotal	847	83,6%	1.187	90,2%	
Outros produtos	166	16,4%	129	9,8%	
Total	1.013	100,0%	1.316	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil					
Importações					
Gorduras e óleos	175	16,5%	241	20,5%	Gorduras e óleos 241
Fibras sintéticas	181	17,1%	184	15,7%	Fibras sintéticas 184
Borracha	193	18,2%	170	14,5%	Borracha 170
Automóveis	82	7,7%	88	7,5%	Automóveis 88
Calçados	78	7,4%	78	6,6%	Calçados 78
Máquinas elétricas	86	8,1%	78	6,6%	Máquinas elétricas 78
Máquinas mecânicas	54	5,1%	68	5,8%	Máquinas mecânicas 68
Adubos	0	0,0%	43	3,6%	Adubos 43
Filamentos sintéticos	30	2,8%	26	2,2%	Filamentos sintéticos 26
Vestuário de malha	17	1,6%	23	2,0%	Vestuário de malha 23
Subtotal	897	84,6%	999	85,0%	
Outros produtos	163	15,4%	176	15,0%	
Total	1.060	100,0%	1.175	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 514 - C. Civil.

Em 25 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, de 29/11/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 15085/2014